



Situação Socioeconómica

2021

DRPFE02/2023

Índice

INTRODUÇÃO.....	3
1. CONTAS REGIONAIS	4
3. MERCADO DE TRABALHO	13
5. MOEDA E CRÉDITO	18
6. FINANÇAS PÚBLICAS.....	22
7. AGRICULTURA.....	28
8. PESCAS.....	32
9. ENERGIA.....	37
10. COMÉRCIO COM O ESTRANGEIRO.....	43
11. TURISMO	47
12. TRANSPORTES.....	52
13. EDUCAÇÃO	55
14. DESPORTO	59
15. CULTURA	61
16. SAÚDE.....	64
18. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	71

INTRODUÇÃO

O presente documento visa apresentar uma panorâmica da realidade económica e social da Região Autónoma dos Açores.

Nesta publicação são abordadas questões específicas da situação socioeconómica da Região, permitindo, deste modo, caracterizar de forma abrangente o funcionamento da economia regional.

Para o efeito, apresenta-se informação quantificada relevante e disponível e, sempre que possível, a análise da evolução recente dos diversos domínios e setores tratados.

Esta publicação está disponível no site:

<http://portal.azores.gov.pt/web/drpfe/situacao-socioeconomica>

Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais,
dezembro de 2022

1. CONTAS REGIONAIS

Os dados respeitantes às Contas Regionais, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), são consistentes com os dos apuramentos para as Contas Nacionais anuais, sendo atualizados em função das dinâmicas de crescimento regional, tendo por base métodos para decomposição territorial da taxa de crescimento do Valor acrescentado bruto (VAB).

Os dados disponíveis à data estimam um valor de PIB de cerca de 4 421 milhões de euros na Região Autónoma dos Açores em 2021, apresentando um crescimento de 6,2% face ao período homólogo.

O valor global do PIB permitiu uma riqueza média, por habitante, de 18,3 mil euros, o que representa também, face ao ano transato, um crescimento nominal de 6,4%, depois do decréscimo registado em 2020.

A evolução da produção e da riqueza média na Região Autónoma dos Açores tem vindo a assegurar, nos últimos anos, posicionamentos significativos, tanto no contexto de outras regiões europeias, como no contexto nacional. Não obstante, em 2021, também estes indicadores sofreram quebras, invertendo a tendência anteriormente registada, fixando-se nos 65,8% o PIB per capita da Região em relação à UE27 e nos 87,6% em relação ao total do país.

Produto Interno Bruto a Preços de Mercado

(Base 2016)

Anos	Açores (milhões euros)	PIB per capita (mil euros)	PIB per capita (País=100)	PIB per capita PPC (UE27=100)
2012	3 569	14,4	90,2	68,4
2013	3 653	14,8	90,5	70,1
2014	3 686	14,9	89,7	69,5
2015	3 824	15,5	89,6	69,5
2016	3 973	16,2	89,6	69,7
2017	4 111	16,8	88,3	68,4
2018	4 285	17,6	88,2	69,0
2019	4 487	18,5	88,7	69,7
2020	4 163	17,2	88,2	67,2
2021 Po	4 421	18,3	87,6	65,8

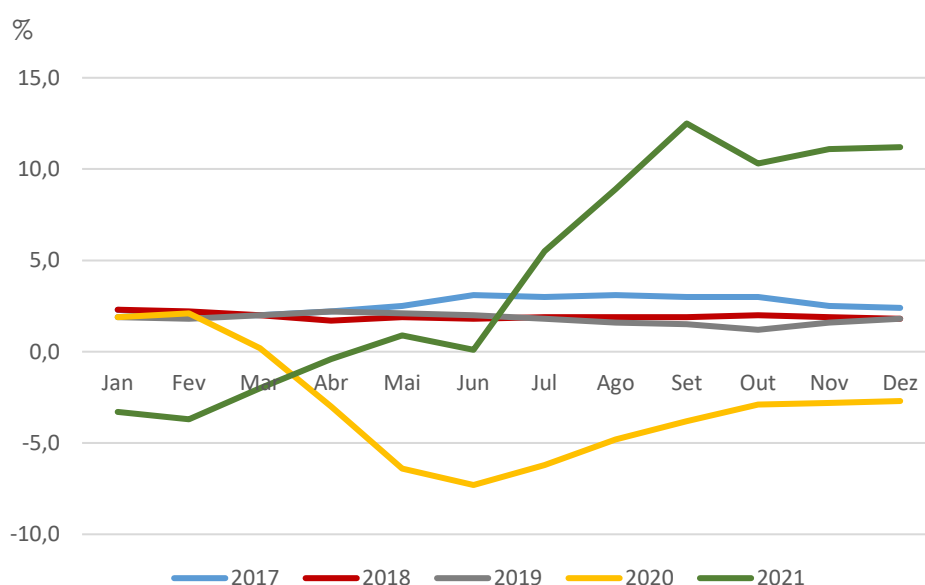
Po: Dados provisórios

Fonte: INE, Contas Regionais (Base 2016)

No que respeita ao Indicador de Atividade Económica (IAE), medidor da

evolução da atividade económica em períodos intra-anuais, observa-se, apesar do decréscimo nos primeiros meses de 2021 (ainda reflexo do contexto pandémico que impactou o ano anterior), uma recuperação dos níveis, indiciadora de uma situação de progressiva retoma, os quais atingem valores positivos a partir de maio, registando-se incrementos e níveis significativos nos últimos meses do ano, atingindo o máximo em setembro e mantendo-se relativamente constantes nos meses seguintes.

Indicador de Atividade Económica



Fonte: SREA

As estimativas mais recentes, relativas ao VAB do ano de 2021, apontam para 3 828,0 milhões de euros, o que representa um crescimento de 5,5% face ao ano anterior, retomando a tendência de crescimento que decorria desde 2012, entretanto interrompida em 2020, com a pandemia Covid-19.

Este crescimento, também verificado a nível nacional, foi mais significativo no ramo do Comércio/Transportes/Alojamento/Restauração, com uma recuperação de 14,69%, setores estes que foram dos mais afetados pelos efeitos do contexto pandémico e do confinamento daí resultante.

Em contraciclo, registaram-se decréscimos relativamente ao período homólogo em atividades financeiras e seguros (4,1%), bem como nas indústrias extrativas, indústrias transformadoras, produção e distribuição de eletricidade,

gás, vapor e ar frio, captação e tratamento de água, bem como o saneamento e gestão de resíduos (1,01%).

O maior contributo para o total do VAB da Região advém do ramo da Administração e Serviços Públicos, responsável por 32,2% do valor obtido no ano de 2021.

VAB por Ramos de Atividades Económicas

Preços Correntes

Unidade: Milhões de euros

	Total	Agricultura e Pesca	Indústrias Água Saneamento	Construção	Comércio Transportes Alojamento Restauração	Informação Comunicação	Finanças Seguros	Imobiliário	Técnico Científico Apoio Adm.	Administração Serviços Púb.	Outros Serviços
2003	2 584,3	233,8	190,7	199,5	629,2	60,8	87,2	225,9	93,6	802,5	61,1
2004	2 683,8	241,5	200,6	212,4	659,8	59,8	84,1	237,1	98,5	830,5	59,6
2005	2 805,9	242,4	213,3	206,9	693,4	63,7	91,8	258,6	106,7	865,1	63,9
2006	2 937,0	238,0	229,4	211,9	732,9	68,7	111,7	271,2	110,3	891,9	71,1
2007	3 100,8	218,1	253,9	235,2	763,4	71,2	117,0	292,7	118,8	947,8	82,6
2008	3 255,8	241,0	257,9	247,5	789,4	74,4	133,7	324,0	125,4	966,7	95,9
2009	3 283,0	238,9	262,3	220,6	804,3	65,8	116,6	342,0	117,0	1 016,9	98,7
2010	3 337,1	249,2	271,0	200,7	826,4	61,5	105,1	375,7	122,9	1 022,7	102,0
2011	3 257,2	251,0	263,2	186,3	802,2	65,0	98,8	377,6	119,8	987,4	105,9
2012	3 121,8	271,9	261,6	151,8	778,2	59,1	91,9	396,8	110,7	895,0	104,9
2013	3 209,0	273,8	280,5	130,1	801,0	55,6	73,5	423,7	113,0	952,5	105,3
2014	3 218,4	295,0	267,0	121,6	770,0	57,5	81,1	433,7	115,9	967,2	109,3
2015	3 330,1	298,6	276,8	123,3	801,3	55,3	86,7	441,3	120,7	1 008,6	117,4
2016	3 450,5	292,5	271,9	127,6	867,9	57,1	82,0	459,5	133,8	1 039,2	119,0
2017	3 557,9	308,3	264,3	137,3	907,8	57,4	87,0	472,5	145,8	1 056,9	120,7
2018	3 704,9	330,1	267,4	147,1	947,7	56,8	87,8	488,1	156,9	1 089,9	133,1
2019	3 882,8	330,1	275,0	157,9	1 001,2	62,4	89,2	508,1	167,1	1 148,0	143,8
2020	3 627,7	337,7	289,5	161,6	718,2	58,1	92,5	518,7	138,6	1 186,3	126,6
2021Po	3 828,0	354,2	286,6	173,9	823,7	58,9	88,7	536,4	147,9	1 230,9	126,9

Po: Dados Provisórios

Fonte: INE, Contas Regional (Base 2016)

Os últimos dados disponíveis para a formação bruta de capital fixo (FBCF), respeitantes a 2020, estimam um valor total de 711,7 milhões de euros, 5,9% acima do ano anterior (acréscimo de 40 milhões de euros), mantendo a tendência de crescimento verificada desde 2012.

Para este resultado, registam-se os maiores incrementos, ao nível das Administração e Serviços Públicos (+26,37%), do comércio/transportes/alajamento/restauração (+15,88%), bem como das

indústrias extrativas/indústrias transformadoras/produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio/captação, tratamento e distribuição de água/saneamento, gestão de resíduos e despoluição (+7,50%). Em contrapartida, destacam-se os contributos negativos das atividades financeiras e seguros (-86,79%), dos setores da informação e comunicação (-21,56%), bem como das atividades imobiliárias (-10,24%).

Continuam como ramos de atividade mais representativos, os setores de comércio/transportes/alajamento/restauração (24,84%), a administração e serviços público (23,17%) e as atividades imobiliárias (20,93%), que representam um contributo agregado de 68,9% do total da FBCF de 2020.

Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF

Unidade: Milhões de Euros

	Total	Agric. e Pesca	Indústrias Extrativas	Construção	Comércio Transportes Alojamento Restauração	Informação Comunicação	Finanças Seguros	Imobiliário	Técnico Científico Apoio Adm.	Administração Serviços Públ.	Outros Serviços
2004	979,4	26,7	153,0	61,0	309,7	20,7	16,4	189,9	67,8	118,8	15,5
2005	1 242,6	107,6	186,1	62,4	370,5	28,9	17,3	216,7	78,8	158,3	15,9
2006	811,9	17,9	116,3	34,6	253,1	24,7	33,3	101,4	29,4	193,1	8,2
2007	1 009,1	33,7	116,2	52,4	415,8	27,9	19,7	104,0	46,2	180,2	13,0
2008	1 026,0	20,2	119,4	28,4	374,6	52,3	31,0	132,6	23,2	223,5	20,9
2009	969,4	25,1	176,6	19,0	184,3	49,3	20,3	125,6	73,2	279,6	16,3
2010	868,6	39,9	145,6	16,1	200,9	50,3	11,1	98,4	74,1	220,8	11,5
2011	689,0	40,3	107,5	8,1	154,3	35,9	6,9	111,8	29,3	180,5	14,5
2012	633,3	36,2	109,9	17,1	141,9	29,7	4,3	81,5	13,1	193,4	6,3
2013	541,1	33,7	56,1	10,4	106,1	28,1	6,4	73,0	16,7	204,7	5,9
2014	494,0	40,3	70,0	12,1	86,4	30,6	0,8	80,6	26,7	128,0	18,3
2015	542,9	46,3	74,0	18,5	117,5	27,1	-1,5	77,9	43,3	121,6	18,1
2016	544,4	48,5	66,9	20,0	105,9	30,4	3,8	95,2	26,0	127,9	19,8
2017	596,5	54,9	77,4	13,6	114,8	31,1	-0,8	121,4	23,5	140,9	19,9
2018	631,7	48,3	78,8	15,4	142,3	28,3	-6,2	145,8	17,2	136,1	25,7
2019	671,8	46,6	84,6	16,6	152,6	35,7	-2,4	165,9	20,8	130,5	20,8
2020	711,7	48,6	91,0	16,6	176,8	28,0	-4,4	149,0	21,1	164,9	20,2

Fonte: INE, Contas Regional (Base 2016)

No que aos rendimentos das famílias diz respeito, verifica-se que, por via dos dados mais recentes disponíveis, de 2020, o Rendimento Primário Bruto foi de 3 204,4 milhões de euros, verificando-se um decréscimo de 40,4 milhões de euros face ao ano transato (equivalentes a um incremento negativo de 1,2%), quebrando a tendência de crescimento verificada desde 2015.

Semelhante evolução teve o Rendimento Disponível Bruto, que se fixou nos 3 218,6 milhões de euros, decrescendo 3,1% face ao período homólogo (equivalente a 102,5 milhões de euros), rompendo com a tendência registada igualmente desde 2015.

Rendimentos

Unidade: Milhões de Euros

	Rendimento Primário Bruto	Rendimento Disponível Bruto
2009	2 962,5	3 023,8
2010	2 980,9	3 052,5
2011	2 895,3	2 991,7
2012	2 760,2	2 854,1
2013	2 790,8	2 845,0
2014	2 786,1	2 828,8
2015	2 836,2	2 936,0
2016	2 907,0	2 989,6
2017	2 987,4	3 068,6
2018	3 104,5	3 185,1
2019	3 244,8	3 321,1
2020	3 204,4	3 218,6

Fonte: INE, Contas Regionais (Base 2016)

As evoluções registadas na Região para os diversos indicadores mostram-se alinhadas com a tendência de evolução registadas a nível nacional.

2. POPULAÇÃO

A população residente nos Açores, de acordo com os resultados dos Censos 2021, correspondia ao total de 236,4 mil habitantes (2,3% da população nacional), com uma densidade populacional média de 102 habitantes por km², e uma distribuição irregular pelas nove ilhas. Além do caso particular do Corvo, com cerca de quatro centenas de habitantes, existe um conjunto de três ilhas com potencial demográfico entre 3 mil a 5 mil residentes (Santa Maria, Graciosa e Flores), a ilha de S. Jorge com 8 mil habitantes, as ilhas do Faial e do Pico com cerca de 14 mil, a ilha Terceira com pouco mais de 53 mil residentes e, finalmente, S. Miguel com mais de metade da população do arquipélago.

A evolução demográfica no último período intercensitário, caracterizou-se pelo decréscimo da população residente, em todas as ilhas, resultando numa taxa média de crescimento de -4,2% (mais acentuada que a variação a nível nacional, que se cifrou nos 2,1%).

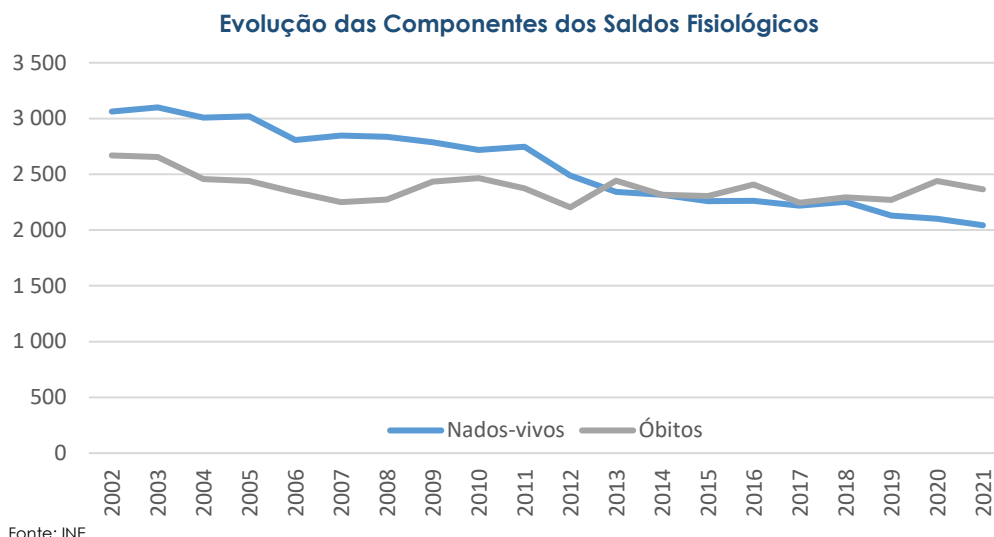
Evolução da população por ilha

População Residente por Ilha			
	2021	Tx. Crescimento intercensitário (2011-2021)	Densidade Populacional
Santa Maria	5 406	-2,6	56
São Miguel	133 288	-3,3	179
Terceira	53 234	-5,7	133
Graciosa	4 090	-6,9	67
São Jorge	8 373	-8,7	34
Pico	13 879	-1,9	31
Faial	14 331	-4,4	83
Flores	3 428	-9,6	24
Corvo	384	-10,7	22
Açores	236 413	-4,2	102

Fonte: Censos 2021

O saldo fisiológico, calculado pela diferença entre os nados vivos (2 043) e os óbitos ocorridos (2 365), corresponde a uma diferença de menos 322 pessoas residentes, verificando-se ligeiramente abaixo dos valores verificados no ano transato, e mantendo a tendência negativa verificada desde 2015. Esta

variação é reflexo da diminuição, comparativamente a 2020, quer do número de nados-vivos, quer do número de óbitos.



Relativamente às taxas de natalidade e de mortalidade, que medem, respetivamente, o peso dos nados-vivos e dos óbitos por cada 1000 residentes, verifica-se uma relativa estabilidade face ao ano homólogo (variação negativa de 0,1‰), continuando também, em linha com os anos anteriores, a apresentar níveis que permitem obter um saldo fisiológico mais favorável que o contexto nacional.

Mortalidade e Natalidade

Unidade: ‰

	Açores			Portugal		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Tx. bruta de mortalidade	9,4	10,1	10,0	10,9	12,0	12,7
Tx. bruta de natalidade	8,8	8,7	8,6	8,4	8,2	7,7

Fonte: INE

A taxa de mortalidade infantil, em 2021, foi de 2,4‰, cabendo 1,0‰ à componente neonatal e 1,5‰ à componente pós-neonatal. Comparativamente ao período homólogo, verifica-se uma inversão de tendência ao nível da taxa de mortalidade neonatal, a diminuir significativamente face a 2020, enquanto a taxa de mortalidade pós-neonatal voltou a crescer. Comparativamente ao contexto nacional, e não obstante a taxa de mortalidade infantil se equipare, verifica-se uma taxa de mortalidade

neonatal inferior na Região, e, em contrapartida, uma taxa superior no que respeita à mortalidade pós-neonatal.

Mortalidade Infantil

Unidade: ‰

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Tx. de mortalidade infantil	1,8	2,3	4,0	2,3	4,8	2,4
Tx. neonatal	0,9	1,4	3,1	1,4	3,8	1,0
Tx pós-neonatal	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	1,5

Fonte: INE/SREA

No que respeita ao tema da nupcialidade, verifica-se que o número de casamentos totalizou, em 2021, 837 registos na Região. Este indicador revela, comparativamente ao ano anterior, um acréscimo de 279 casamentos, demonstrando a crescente retoma deste tipo de eventos, depois de um ano de 2020 marcado pelas restrições impostas por via do contexto pandémico. Não obstante o aumento registado, os níveis mantêm-se inferiores aos registados em 2019.

Também o número de divórcios registou um incremento de 5,8% face a 2020, depois do decréscimo registado no ano anterior, com o número de separações, que se revela residual, a não registar alteração.

Nupcialidade

Unidade: N.º

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Casamentos	1 023	944	855	803	903	922	921	960	958	558	837
Divórcios	768	728	685	625	793	635	623	568	590	570	603
Separações	9	6	7	8	3	3	5	5	3	5	5

n.d: Dados não disponíveis

Fonte: INE / SREA (dados de 2021 provisórios)

A análise à estrutura etária da população permite verificar a redução da representatividade das faixas etárias mais jovens, por contrapartida do maior peso da população acima dos 64 anos.

Assim, regista-se o decréscimo de 18,4% no peso da população com idade inferior aos 15 anos, cuja representatividade se fixa nos 14,6%, bem como a redução da faixa etária entre os 15 e os 64 anos, responsável por cerca de 68,8% da população (e representativo, grosso modo, das pessoas em idade

ativa), a fixar-se nos 0,3%. O grupo etário da população acima dos 64 anos registou um crescimento de 26% face a 2011, tendo um contributo de 16,5% para o total da população residente na Região.

Estrutura Etária da População intercensitária

	2011	2021	Unidade: % Tx. Crescimento intercensitária (2011-2021)
População com menos de 15 anos	17,9	14,6	-18,4
População dos 15-64 anos	69,0	68,8	-0,3
População com mais de 64 anos	13,1	16,5	+26,0

Fonte: INE

3. MERCADO DE TRABALHO

Emprego

A população empregada na Região fixou-se, em 2021, nos 110,4 mil indivíduos, decrescendo a uma taxa de 2,96% face ao período homólogo.

Também a população ativa registou um decréscimo de indivíduos, representando, em termos relativos, uma variação negativa de 1,85% em relação ao ano anterior, mantendo o ritmo de diminuição já verificado em 2020.

Relativamente à taxa global de atividade, verifica-se que se manteve relativamente estável (-0,1%), com a taxa de atividade feminina a seguir semelhante tendência (menos 0,2% que em 2020), cifrando-se nos 44,4%.

O desemprego, por sua vez, depois da redução para níveis mínimos no ano anterior, registou um acréscimo de 1%, fixando-se a taxa média de desemprego nos 7,1%, inferior, contudo, ao período anterior a 2019, inclusive. Conforme já antecipado na análise da situação Socioeconómica referente a 2020, esta inversão de tendência resulta essencialmente da própria inversão do contexto socioeconómico, refletindo os impactos decorrentes a todos os níveis do contexto pandémico.

Condição da População Perante o Trabalho

Unidade: Milhares

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
População Ativa	121,6	122,3	120,8	122,2	122,3	123,4	121,2	118,9
Empregada	101,8	106,7	107,3	111,2	111,8	113,7	113,8	110,4
Desempregada	19,8	15,6	13,5	11,0	10,5	9,7	7,4	8,5
Tx. de Atividade (%)	49,1	49,4	49,3	50,0	50,4	51,0	50,0	49,1
Tx. de Atividade Feminina (%)	43,1	43,4	44,2	44,9	44,6	44,9	44,6	44,4
Tx. de Desemprego (%)	16,3	12,8	11,1	9,0	8,6	7,9	6,1	7,1

Fonte: SREA, Estatísticas do Emprego

A análise à população empregada por setor de atividade revela a continuação da tendência registada no ano anterior, relativa à representatividade crescente do setor terciário, responsável por 76,4% da população empregada, com a consequente perda de peso tanto do setor primário como do secundário.

Esta tendência reflete-se também ao nível do número de indivíduos empregados que, tendo revelado relativa estabilidade no setor terciário, mostra uma diminuição de cerca de 1,5 e 1,8 milhares de indivíduos nos setores primário e secundário, respetivamente, sendo por estes setores que se explica a diminuição do total da população empregada.

Detalhando por setor, no que respeita ao setor secundário, a tendência de decréscimo mostra-se transversal, registando-se a diminuição do efetivo de indivíduos empregados quer em atividades transformadoras quer nas atividades de construção.

No setor terciário, não obstante a estabilidade do número total de indivíduos empregados, assistiu-se a um aumento médio do número de trabalhadores em atividades de comércio, na administração pública ou em atividades de saúde e ação social. O sector do comércio continua, em linha com o ano anterior, a ser o mais representativo.

População Ativa Empregada por Setores de Atividade

	Indivíduos (Milhares)				Percentagem (%)			
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021
Sector Primário	12,0	11,3	10,2	8,7	10,7	9,9	9,0	7,9
Sector Secundário	17,5	19,3	19,2	17,4	15,7	17,0	16,9	15,8
Sector Terciário	82,3	83,1	84,3	84,3	73,6	73,1	74,1	76,4
Total	111,8	113,7	113,8	110,4	100,0	100,0	100,0	100,0

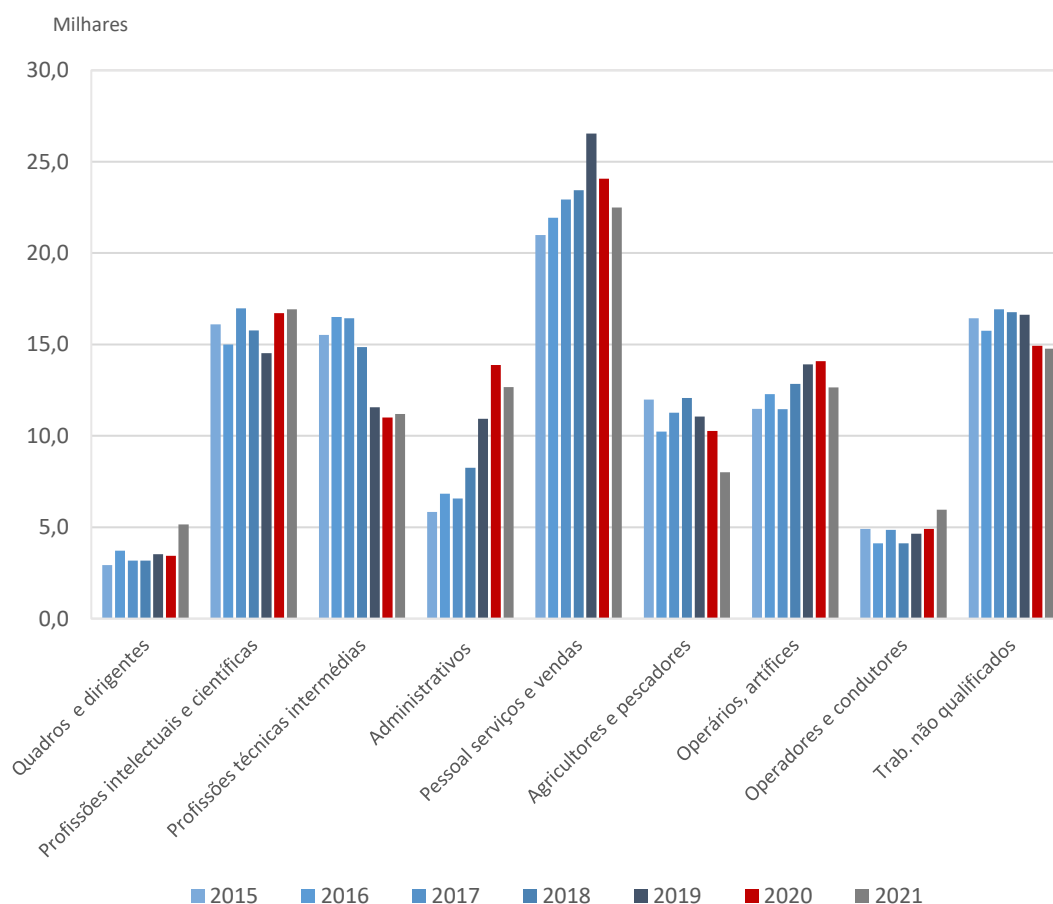
Fonte: SREA, Estatísticas do Emprego

Observando a evolução do emprego, segundo a respetiva distribuição por profissões, verifica-se a manutenção do pessoal de serviços e vendas como profissão mais representativa, com cerca de 22,5 mil indivíduos, apesar do decréscimo face ao ano anterior (-1,6 milhares). Também o pessoal não qualificado, segunda profissão mais representativa, revelou um ligeiro decréscimo comparativamente ao ano transato. As profissões de

administrativo, agricultor/pescador e operários/artífices sofreram igualmente reduções no número de indivíduos afetos.

Em sentido inverso, verificou-se um aumento de quadros dirigentes e dos operadores/condutores (apesar de serem as classes menos representativas), tal como, embora menos expressivos, de profissões intelectuais/científicas e de profissões técnicas intermédias.

População Ativa Empregada por Profissão

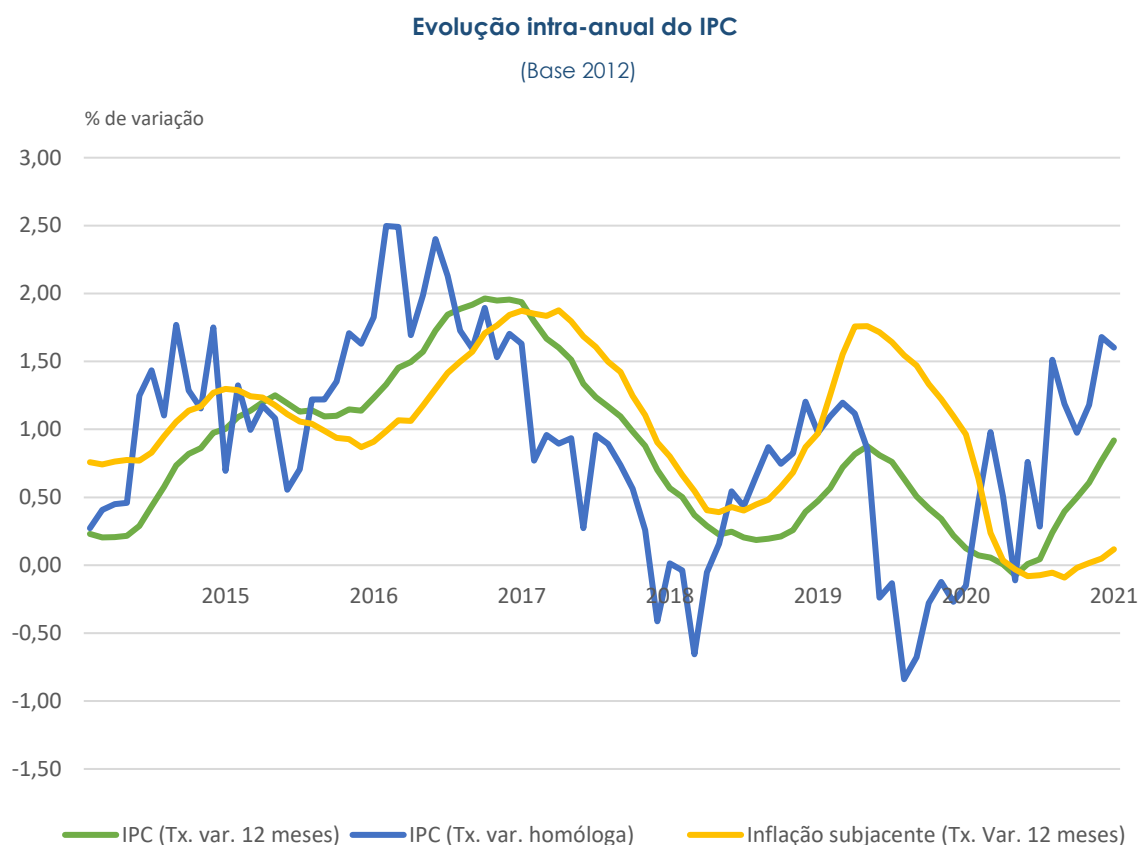


Fonte: SREA, Estatísticas do Emprego

4. PREÇOS NO CONSUMIDOR

A inflação, medida pelo índice de preços no consumidor (IPC) no ano de 2021, traduziu-se numa taxa de variação média de 0,92% em relação ao ano anterior, representando, em dezembro de 2021, uma variação homóloga positiva de 1,60%.

Esta realidade corresponde a uma inversão da tendência registada no ano anterior, conforme observável no gráfico infra, através da linha da taxa de variação média, corroborada também pelas variações positivas nas restantes variáveis.



Fonte: SREA

Para a evolução de preços registada, as classes de transportes e vestuário e calçado foram as que mais contribuíram, tendo, em sentido inverso, sido registadas penalizações por via do contributo das classes de educação, hotéis e cafés.

A classe de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas registou uma variação neutra dos preços.

Variação e Contribuição por Classes de Despesa

Unidade: %

Classes	Variação de preços		Ponderadores (peso)	Contribuição	
	2020	2021		2020	2021
1. Alimentares e Bebidas não Alcoólicas	1,7	0,0	27,6	0,5	0,0
2. Bebidas Alcoólicas e Tabaco	3,2	1,6	5,2	0,2	0,1
3. Vestuário e Calçado	0,8	3,8	6,1	0,0	0,2
4. Habitação, Água, Eletricidade, Gás e Outros Combustíveis	-1,0	1,2	8,4	-0,1	0,1
5. Acessórios, Equip. Domést. e Manut. Corrente da Habitação	1,8	-0,2	5,9	0,1	0,0
6. Saúde	0,7	1,6	8,6	0,1	0,1
7. Transportes	-2,8	4,0	13,7	-0,4	0,6
8. Comunicações	-2,4	0,6	4,7	-0,1	0,0
9. Lazer, Recreação e Cultura	-2,7	0,9	4,5	-0,1	0,0
10. Educação	-8,4	-8,6	0,9	-0,1	-0,1
11. Hotéis, Cafés e Restaurantes	0,8	-2,8	6,3	0,1	-0,2
12. Bens e Serviços Diversos	1,2	0,5	8,1	0,1	0,0

Fonte: SREA

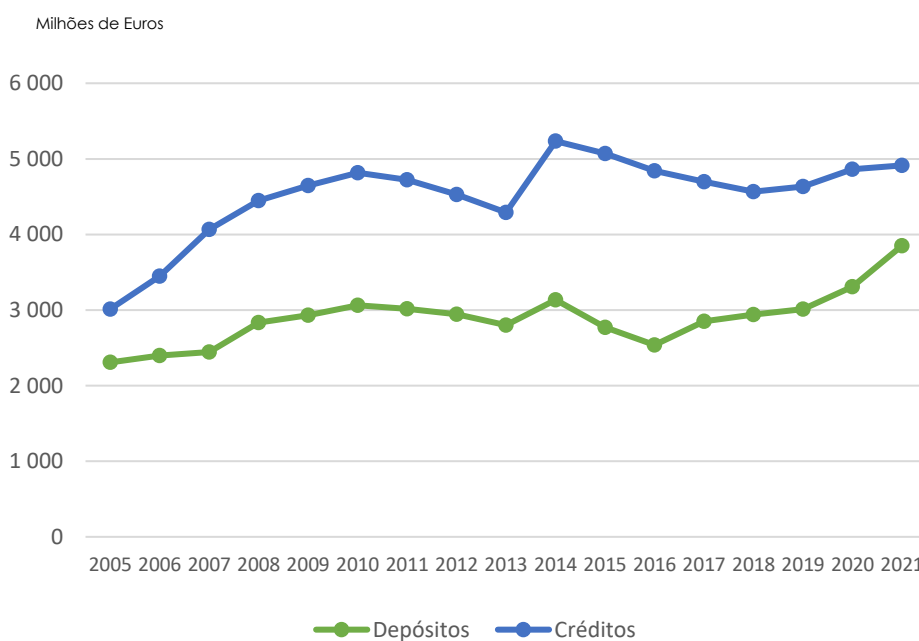
5. MOEDA E CRÉDITO

O volume de moeda captada através das redes de bancos comerciais com balcões na Região Autónoma dos Açores, ronda os 3 850 milhões de euros em depósitos.

Quanto ao volume de crédito concedido, depois de uma fase em que atingiu o seu máximo de 5 234 milhões de euros, no ano de 2014, registou-se uma trajetória decrescente até 2018. Verificou-se, contudo, uma inversão dessa tendência a partir de 2019, que se manteve em 2020 e 2021, atingindo, no último ano, um volume de crédito na ordem dos 4 913 milhões de euros.

Este tipo de tendência insere-se na sequência de políticas com vista a reequilíbrios de balanços financeiros e de aproximar as capacidades de financiamento interno às necessidades de investimento sustentável da economia.

Evolução de Depósitos e Créditos Bancários



Fonte: Banco de Portugal (dados de fim de ano)

Em 2021, a concessão de créditos de 4 913 milhões de euros assentou numa base de poupança de 3 850 milhões de euros, representando, assim, um grau

de cobertura de 78,4%, enquanto em 2020 os respetivos valores representaram 68%.

Os dados verificados no quadro *infra*, decorrem da política de desalavancagem financeira de economia no período pós-crise de 2011 e inserem-se nos processos de consolidação e reestruturação do setor bancário.

Depósitos e Créditos Bancários

Unidade: 10⁶ Euros

	Depósitos	Créditos ¹	Depósitos/Créditos (%)
2010	3 065	4 816	63,6
2011	3 015	4 723	63,8
2012	2 945	4 527	65,1
2013	2 799	4 291	65,2
2014	3 133	5 234	59,9
2015	2 771	5 069	54,7
2016	2 537	4 840	52,4
2017	2 850	4 699	60,7
2018	2 939	4 567	64,4
2019	3 013	4 635	65,0
2020	3 308	4 862	68,0
2021	3 852	4 913	78,4
Evolução Δ %			
2010	4,6	3,7	
2011	-1,6	-1,9	
2012	-2,3	-4,1	
2013	-5,0	-5,2	
2014	11,9	22,0	
2015	-11,6	-3,2	
2016	-8,4	-4,5	
2017	12,3	-2,9	
2018	3,1	-2,8	
2019	2,5	1,5	
2020	9,8	4,9	
2021	16,8	1,0	

(1) Não inclui crédito titulado

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico

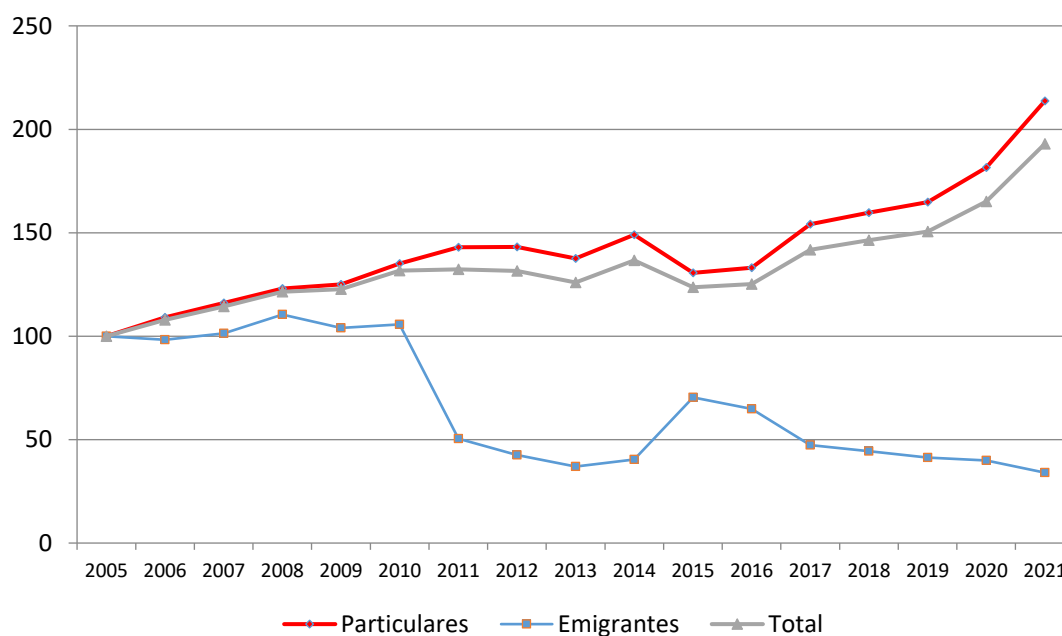
Depósitos

O volume de depósitos captados em 2021 registou um crescimento à taxa média anual de 16,4%, o que traduz um ritmo de crescimento comparável ao registado no conjunto da economia do país.

Os depósitos de residentes (particulares e empresas) na Região Autónoma dos Açores continuam a representar a principal fonte de poupanças captadas pelos bancos, representando 98,0% do total, condicionando de forma mais evidente a evolução geral.

Os depósitos de emigrantes registam uma representatividade de cerca de 2,0%, perdendo representatividade face ao ano anterior (em que era responsável por 2,8% do total de depósitos), resultado do decréscimo de 14,9% dos montantes depositados.

Depósitos segundo Aforradores
(Índice base 100=2005)



Fonte: Banco de Portugal (dados de fim de ano)

Créditos/Empréstimos

O volume de créditos concedidos registou, em 2021, um crescimento à taxa média anual de 1,0% face ao ano transato.

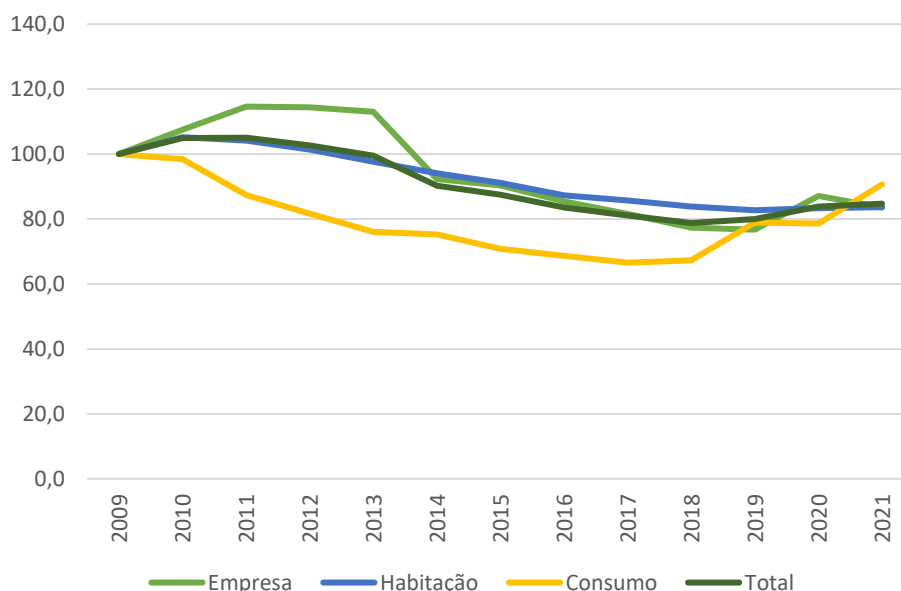
Os empréstimos para habitação, que representam a componente mais significativa (responsáveis por 47,1% do total de crédito concedido em 2021), depois de crescimentos mais intensos durante a fase de alavancagem, vêm registando uma evolução mais próxima da evolução geral, praticamente paralela, tendo registado, em 2021, um crescimento de 0,4%.

Os créditos para financiamento empresarial, responsáveis por 35% do total de crédito, registaram um decréscimo na ordem dos 4,1% em 2021, depois de um crescimento significativo no ano transato.

Quanto aos empréstimos ao consumo, com representatividade na ordem dos 17,9%, depois de ter registado decréscimo residual em 2020, evidenciaram, em 2021, um crescimento assinalável de 15,2%.

Créditos segundo Agentes

(Índice base 100=2009)



Fonte: Banco de Portugal (dados de fim de ano)

6. FINANÇAS PÚBLICAS

Evolução Geral

O montante de 1 728,9 milhões de euros das despesas da conta da Região Autónoma dos Açores, durante o ano de 2021, incorpora um acréscimo nominal à taxa média de 2,93% face ao ano anterior, mantendo a tendência de crescimento registada desde 2018.

Este aumento resulta do aumento das despesas correntes, responsáveis por 58,3% do total da despesa, impactada sobretudo pelas transferências para o setor público e, ainda que em menor escala, pelas despesas com pessoal.

Ao nível das despesas de capital, que registaram um decréscimo residual face ao ano transato, impactam essencialmente as transferências e as amortizações do passivo financeiro.

Por outro lado, a receita total da conta da Região Autónoma dos Açores totalizou, em 2021, 1 812,5 milhões de euros, representando um acréscimo de 3,6% face ao ano transato.

Esta evolução positiva justifica-se, essencialmente, pelo incremento das receitas correntes em 5,9%, depois do decréscimo em 2020, advindo sobretudo das receitas fiscais. As receitas de capital, por seu turno, verificaram um decréscimo de 12,5% face ao período homólogo, depois de em 2020 terem conseguido uma evolução positiva.

Aplicações e Financiamento — Conta da RAA

	Montante (Milhões de Euros)							Estrutura (%)						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DESPESAS	1047,0	1180,6	1137,3	1194,2	1299,9	1679,7	1728,9	100	100	100	100	100	100	103
Despesas Correntes	664,6	672,8	690,6	687,4	715,5	953,3	1008,1	63,5	57	60,7	57,6	55	56,8	60,0
Despesas de Capital	19,7	139,6	72,9	81,7	164,0	726,3	720,7	1,9	11,8	6,4	6,8	12,6	43,2	42,9
Despesas do Plano	362,8	368,2	373,8	425,1	420,3	n.a. ¹	n.a. ¹	34,6	31,2	32,9	35,6	32,3	n.a. ¹	n.a. ¹
RECEITAS (Corr.+Capital)	1047,2	1180,8	1137,7	1194,4	1331,3	1749,7	1812,5	100	100	100	100	100	104,2	107,9

	Montante (Milhões de Euros)							Estrutura (%)						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Receitas fiscais *	638,0	631,5	657,2	685,2	704,7	676,6	725,6	60,9	53,5	57,8	57,4	52,9	40,3	43,2
Transferências	330,8	351,0	331,9	350,7	386,0	361,6	496,9	31,6	29,7	29,2	29,4	29	21,5	29,6
Empréstimos	69,0	188,5	132,0	141,0	223,5	665,0	435,0	6,6	16	11,6	11,8	16,8	39,6%	25,9%
Outras	9,4	9,8	16,5	17,5	17,1	46,5	155,1	0,9	0,8	1,5	1,5	1,3	2,8%	9,2%

* Impostos mais taxas, incluindo contribuições para a Segurança Social

Fonte: Direção Regional do Orçamento e Tesouro, Conta da R.A.A.

¹ A partir de 2020 as despesas do plano foram desagregadas por classificações económicas nas despesas correntes.

Despesas

O acréscimo das despesas correntes, verificado no último ano, abrangeu diversas rubricas. Se algumas podem ser significativamente condicionadas por fatores de ordem externa, como é o caso de encargos correntes da dívida e respetivos juros, outras dependem mais de opções de políticas e gestão internas, como as transferências e as despesas com pessoal.

Se ao conjunto das despesas correntes e de capital se adicionar o montante de operações extraorçamentais de 230,0 milhões de euros, contabiliza-se um total de despesa de 1 959 milhões de euros, 5,39% superior ao montante verificado em 2020.

Focando nas despesas correntes, que no global cresceram 5,8%, verificam-se, face ao período homólogo, diminuições de 9,3% e 7,5%, respetivamente, nas despesas com aquisição de bens e serviços e nas despesas com encargos correntes de dívida. Em sentido inverso, foi registado um aumento considerável nas despesas com subsídios, de cerca de 13 milhões de euros, equivalente a 1 261,5%.

No que se refere às despesas de capital, que sofreram uma diminuição residual de 0,8%, destacou-se a rubrica das despesas com Amortizações de Passivos financeiros, com um decréscimo de 20,6%. Em sentido inverso, o maior incremento verificou-se nas despesas com ativos financeiros, referentes a reembolso de empréstimos pedidos, registando um acréscimo de 53,3% face ao ano transato.

Despesas – Conta da RAA

Unidade: Milhares de Euros

Despesas	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Despesas correntes	672 836	690 625	687 412	715 484	953 317	1 008 147
Despesas com pessoal	311 787	318 425	317 133	117 115	127 834	128 587
Aquisição de bens e serviços correntes	13 197	13 227	12 529	8 530	111 198	100 906
Encargos correntes da dívida (juros e outros)	14 670	15 637	15 391	21 112	40 444	37 411
Transferências correntes	321 734	331 017	329 398	555 608	659 755	713 053
Subsídios	0	0	0	0	1 097	14 929
Outras despesas correntes	11 447	12 318	12 962	13 119	12 990	13 262
Despesas de capital	139 616	72 877	81 698	164 043	726 345	720 717
Aquisição de bens de capital	295	306	336	305	47 547	47 994
Ativos financeiros	0	0	0	0	56 379	86 421
Passivos financeiros (amortizações)	138 943	72 393	81 258	163 634	302 407	240 001
Transferências de capital	0	0	0	0	319 907	346 197
Outras despesas de capital	378	178	104	104	104	104
Despesas do plano	368 177	373 825	425 101	420 338	n.a. ¹	n.a. ¹
Subtotal	1 180 629	1 137 326	1 194 211	1 299 864	1 679 663	1 728 864
Contas de Ordem/Operações Extraorçamentais	206 182	229 017	268 283	176 668	179 101	229 998
Total da despesa	1 386 812	1 366 343	1 462 493	1 476 532	1 858 763	1 958 863

Fonte: Direção Regional do Orçamento e Tesouro, Conta da R.A.A.

¹ A partir de 2020 as despesas do plano foram desagregadas por classificações económicas nas despesas correntes.**Receitas**

O crescimento de 3,6% no valor das receitas, que se fixou nos 2 040, 2 Milhões de euros em 2021, resultou do aumento verificado nas receitas correntes (5,9%),

tendo, por sua vez, as receitas de capital sofrido um decréscimo de 12,5% face ao ano transato.

O aumento das receitas correntes justifica-se por via do incremento das receitas fiscais, depois da diminuição global registada em 2020, tendo os impostos diretos, impostos indiretos e as taxas/multas/outras penalidades incrementado, respetivamente, 4,4%, 8,6% e 12,4%. Os rendimentos de propriedade (-26,5%) e a classe de outras receitas (-82,1%) mostraram um comportamento inverso ao do agregado da rubrica.

No que respeita às receitas de capital, verifica-se o impacto das classes de ativos financeiros (reembolso de empréstimos concedidos) e de passivos financeiros (a mais representativa da rubrica), cujos decréscimos se fixaram nos 49,8% e 34,6%, respetivamente. Em contraciclo, verificaram-se aumentos relevantes nas classes de transferências (86,6%), a segunda mais representativa da rubrica, bem como na classe relativa a reposições (4 077,5%, tornando também esta classe representativa no total das receitas de capital), incapazes, contudo, de inverter a tendência de decréscimo global verificada.

Receitas – Conta da RAA

Unidade: Milhares de Euros

Receitas	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Receitas correntes	818 481	848 154	904 288	929 421	901 717	954 644
Impostos diretos	191 425	206 957	204 366	210 053	226 142	236 131
Impostos indiretos	420 764	432 450	471 007	484 487	441 885	479 795
Contribuições segurança social	11 215	10 019	357	0	0	0
Taxas, Multas, outras penalidades	8 078	7 797	9 458	10 180	8 563	9 627
Rendimentos de propriedade	4 347	9 192	9 140	8 544	8 191	6 019
Transferências	179 915	179 393	207 650	212 791	213 628	220 458
Outras receitas	2 737	2 346	2 310	3 368	1 103	198
Receitas de capital	360 956	287 085	287 120	399 556	814 859	712 706
Venda de bens de investimento	1 096	1 584	1 537	1 372	588	609
Transferências	171 043	152 543	143 037	173 165	147 951	276 435
Ativos financeiros	127	852	1 536	1 516	1 319	663

Receitas	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Passivos financeiros (empréstimos pedidos)	188 500	132 000	141 000	223 500	665 000	435 000
Outras receitas de capital	190	107	9	3	2	0
Outras receitas/Reposições não abatidas nos pagamentos	1 152	2 324	2 603	2 121	1 825	76 235
Saldo da gerência anterior	164	122	360	160	31 262	68 958
Subtotal	1 180 753	1 137 686	1 194 371	1 331 259	1 749 662	1 812 543
Contas de ordem/Operações extraorçamentais	206 083	229 037	268 648	176 375	186 623	225 004
Total da receita	1 386 837	1 366 723	1 463 018	1 507 634	1 939 594	2 040 160

Fonte: Direção Regional do Orçamento e Tesouro, Conta da R.A.A.

Saldos

Em 2021, o Saldo Corrente, resultante da diferença entre Receitas Correntes e Despesas Correntes, registou, pelo segundo ano consecutivo, um valor deficitário, na ordem dos 53,5 Milhões de euros, agravando 3,7% face ao período homólogo.

Por sua vez, o Saldo de Capital, historicamente negativo, voltou a registar valores positivos (cerca de 15,6 Milhões de euros), depois de em 2020, pela primeira vez desde 2002, ter obtido uma cotação positiva.

No que respeita ao Saldo Global, que reflete a diferença entre as Receitas e Despesas totais cobradas, manteve em 2021 a tendência de crescimento verificada desde 2019, fixando-se nos 83,7 Milhões de euros, o que representa um incremento de 2% face a 2020, depois de já ter registado aumentos mais significativos em 2019 e 2020.

O Saldo Primário (Saldo Global deduzido dos encargos da dívida), registou um crescimento de 10% face ao ano transato, depois de crescimentos importantes em 2019 (237%) e 2020 (110%), registando-se, ainda assim, positivo na ordem dos 121,1 Milhões de euros, consideravelmente acima dos valores registados em 2019.

Saldos – Conta da RAA

Unidade: Milhões de Euros

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Saldo Corrente	145,6	157,5	216,9	213,9	-51,6	-53,5
Saldo de Capital	-145,5	-157,2	-216,7	-182,5	121,6	137,2
Saldo Global	0,1	0,3	0,2	31,4	70,0	83,7
Saldo Primário	14,8	15,9	15,6	52,5	110,4	121,1

Fonte: Direco Regional do Orçamento e Tesouro, Conta da R.A.A.

Dvida Pública Direta

Durante o ano de 2021, o valor da Dvida Pública Direta (incluindo *leasing*) cifrou-se nos 2 400,4 Milhões de euros, 10,1% superior ao ano homólogo.

Em 2021, registaram-se operaoes de natureza meramente contabilística, na ordem dos 19,2 milhões de euros, por via da liquidao da Sinaga, S.A, com a assuno de toda a dvida anteriormente titulada por esta empresa, o que contribuiu para o aumento da dvida pública direta.

Também no âmbito do ORAA 2021, o Governo Regional dos Açores foi autorizado a contratar empréstimos para financiamento de projetos com participao de FEEL, para fazer face aos efeitos econmicos e sociais provocados pela pandemia de Covid-19 e para a regularizao de pagamentos em atraso.

Relativamente ao Serviço de Dvida, regista-se o seu decréscimo global, na ordem dos 19,1%, resultante do decréscimo tanto na vertente das amortizaoes como na de juros e outros encargos. Os juros e encargos assumem um peso de cerca de 1,6% do total do stock de dvida.

Dvida Pública Regional

Unidade: Milhares de Euros

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Dvida Pública Direta	573 001	632 608	867 270	1 738 848	2 180 679	2 400 371
Serviço da Dvida	153 613	88 030	96 649	184 746	342 807	277 344
Juros e outros encargos	14 670	15 637	15 391	21 112	40 444	37 411
Amortizaoes	138 943	72 393	81 258	163 634	342 807	277 344

Fonte: Direco Regional do Orçamento e Tesouro, Conta da R.A.A.

7. AGRICULTURA

O ano de 2021 representou uma diminuição generalizada para a maioria das culturas, quer no que respeita à superfície plantada, quer no que respeita aos valores de produção. Exceção à regra foi a cultura do maracujá que, apesar da pouca representatividade no total das culturas, viu a superfície utilizada crescer em 37,50% e a produção em 41,67%, atingindo as 68 toneladas. Também a cultura da batata-doce, do ananás e do chá sofreram incrementos de produção. Em sentido inverso, a cultura da laranja (-30,56%), da batata (-15,38%), da castanha (-13,25%), do milho para grão (-11,21%) e da banana (-6,25%) sofreram as quebras de produção mais acentuadas.

Entre as culturas agrícolas temporárias destaca-se, à semelhança dos anos anteriores, a do milho de forragem, pelo papel que desempenha na alimentação para a pecuária, representando 97,5% da produção das culturas agrícolas temporárias e 95,18% do total da produção total em 2021. Apesar da ligeira redução da superfície ocupada face ao ano transato (-1,89%), esta cultura é responsável por 89,6% do total da superfície ocupada, superior aos 13 mil hectares.

Entre as culturas agrícolas permanentes, a cultura da banana e da laranja continuam, em linha com os anos transatos, a serem as mais representativas, originando, respetivamente, 41,18% e 30,50% do total de produção das culturas permanentes, não obstante o decréscimo de produção verificado no último ano.

Produção das Principais Culturas

	Superfície (ha)					Produção (ton)				
	2017	2018	2019	2020	2021	2017	2018	2019	2020	2021
Batata comum	446	436	463	465	462	11 323	7 320	13 177	15 037	12 724
Batata-doce	53	49	98	98	103	980	875	1 679	1 775	1 861
Inhame	53	56	39	45	44	1 119	939	611	702	695
Milho grão	183	167	34	40	40	366	352	75	107	95
Milho forrageiro	10 446	10 501	14 678	13 740	13 481	316 621	238 136	572 600	610 884	611 896
Tabaco	50	43	0	0	0	120	85	0	0	0
Chá	37	37	37	37	37	176	144	151	101	114
Ananás	56	56	75	75	74	948	948	1 365	1 350	1 418
Banana	283	287	297	296	287	4 657	5 053	4 315	3 966	3 718
Castanha	52	52	96	95	92	146	112	184	151	131
Laranja	318	312	260	264	262	3 708	4 025	2 876	3 966	2 754
Maçã	59	57	43	43	42	414	402	400	340	331
Maracujá	8	9	16	16	22	25	25	49	48	68

Fonte: INE – Estatísticas Agrícolas 2021

Dentro da estrutura tradicional de produção de vinhos açorianos, o volume de 3 421 hectolitros produzidos de vinho tinto, em 2021, continua a revelar o maior peso na produção total, representando 53,11% do total produzido.

No entanto, a produção total de vinho, em 2021, traduz um decréscimo de 1 881 hectolitros (22,60%), comparativamente ao período homólogo, impactada pelo decréscimo de produção em todas as categorias/tipo de vinho, à exceção do vinho branco licoroso com DOP, que registou incremento na produção.

Produção de Vinhos

Unidade: hectolitro (hl)

	Branco	Tinto*	Total
Licoroso com DOP	143	0	143
DOP - Denominação de Origem Protegida	2 453	2	2 455
IGP - Identificação Geográfica Protegida	310	935	1 245
Sem Certificação	113	2 485	2 598
Total	3 020	3 421	6 441

* Pode incluir vinhos tipo rosado

Fonte: INE - Estatísticas Agrícolas 2021, Base de dados provisórios.

A produção de leite entregue nas fábricas de laticínios, depois do aumento registado no ano transato, apresentou uma regressão de 1,30%, situando-se nos 643,6 milhões de litros em 2021.

O leite para consumo em natureza, cuja produção atingiu os 113,5 milhões de litros, apresentou a maior redução (9,47%), enquanto os produtos lácteos registaram um crescimento residual (0,28%), equivalente a 182 toneladas, registando um volume total de 66,3 mil toneladas.

A nível de produtos lácteos, continua, em linha com os anos anteriores, a predominar a produção de queijo, que registou um aumento residual face a 2020, destacando-se o crescimento de 36,69% na produção de iogurtes (equivalente a 131 toneladas). Em sentido inverso, a produção de manteiga registou um decréscimo de 976 toneladas (-7,71%).

Verifica-se, assim, a manutenção da tendência registada desde 2018 de diminuição da produção de leite para consumo e aumento da produção de produtos lácteos.

Produção e Transformação de Leite

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Leite recebido nas fábricas (1000 lt.)	565 951	536 074	579 155	610 097	603 021	611 342	632 614	634 842	652 065	643 590
Leite p/consumo (1000 lt)	118 128	123 938	128 596	142 952	135 991	137 360	145 185	126 747	125 333	113 460
Produtos lácteos (ton)	56 218	51 735	56 408	58 935	58 466	59 373	61 596	63 255	66 069	66 251
Manteiga	9 869	8 835	10 023	11 509	11 854	11 400	12 087	10 812	12 663	11 687
Queijo	30 292	28 256	29 621	28 152	29 936	31 303	31 247	34 220	32 613	32 820
Leite em Pó	15 687	14 273	16 389	18 886	16 215	16 168	17 761	17 725	20 436	21 256
Iogurtes	371	371	375	387	461	504	501	498	357	488

Fonte: SREA

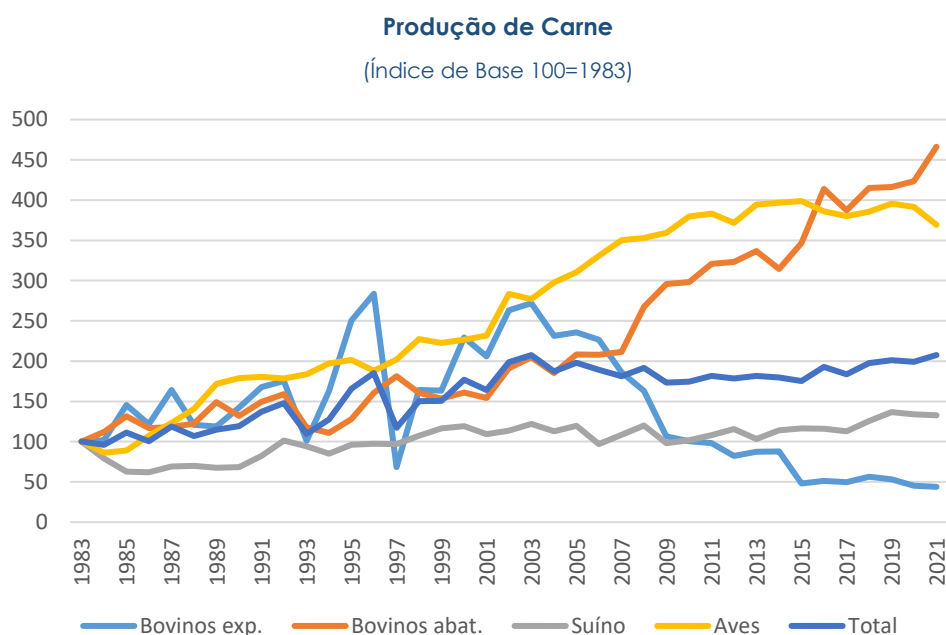
O volume agregado das principais produções de carne nos Açores atingiu cerca de 31,2 milhões de toneladas em 2021, o que representa um acréscimo à taxa média de 4,2%, em relação ao ano anterior, depois do ligeiro decréscimo registado em 2021.

A produção de carne de bovinos abatidos na rede de matadores da Região Autónoma dos Açores, com novo aumento face ao ano homólogo (10,2%), ocupa a posição mais representativa (58% do total de produção de carne), tendo-se consagrado como a opção estratégica de valorização da carne. Assim, a carne de bovinos abatidos nos matadores passou a condicionar a evolução do volume global de carnes, enquanto a de animais exportados

vivos tem uma dimensão mais residual, com um contributo de 7% para o total de produção de carne (representatividade esta que tem decrescido desde 2018).

A produção de carne de aves, responsável por cerca de 14% do total de produção, vem mostrando sinais de estabilização nos anos mais recentes, não obstante se tenha registado este ano um decréscimo de 5,7% face ao ano transato.

A carne de suíno, com variação residual de produção (-1,2%), representa uma quota de 20% do total da produção.



Fonte: SREA

8. PESCAS

O volume de descargas de pescado nos portos da Região fixou-se, em 2021, nas 11 870 toneladas, registando um acréscimo de 54% face a 2020, a qual resulta sobretudo da maior descarga de Bonito Gaiado (+624,64%, equivalentes a 5 361 toneladas) e de Espadarte Agulhão (+632,95%, equivalentes a 117 toneladas). Ao nível de valorização, além do Bonito Gaiado (+616,04%, equivalentes a 6 451 mil €), também o Goraz (+ 1 450 mil €) e o Peixão (860 mil €) apresentaram incrementos importantes. Em sentido inverso, e, não obstante continue a representar um peso significativo no total de pescado descarregado na Região, o Patudo registou uma quebra significativa (-652 toneladas), acompanhada pelo Voador (-605 toneladas) e pelos Moluscos (-365 toneladas), sendo estas as espécies em que se verificou também a maior redução na valorização (729 mil €, 1 660 mil € e 1 555 mil €, respetivamente).

Constata-se ainda que, em 2021, a espécie de tunídeos representa 63% do pescado descarregado e 29% da receita total, aumentando assim, face ao ano transato, a sua relevância no desempenho do setor das pescas na Região.

Relativamente ao preço médio por kg, verifica-se que as outras espécies voltaram a registar variações economicamente mais favoráveis, voltando a valorizar, após a ligeira queda do ano anterior. Em sentido contrário, o preço médio por kg dos tunídeos, que tinha valorizado o ano anterior, sofreu uma redução significativa de 27,0% (53 cêntimos por kg).

Pescado Descarregado nos Portos de Pesca

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Volume (ton)						
Total	6 203	6 860	12 065	8 307	7 695	11 870
Tunídeos	1 029	2 009	7 302	3 301	3 485	7 508
Restante pescado	5 174	4 851	4 763	5 006	4 210	4 362
Valor (Mil Euros)						
Total	25 883	29 477	37 965	33 937	28 819	36 726
Tunídeos	1 992	4 072	12 115	5 014	6 816	10 721
Restante pescado	23 891	25 405	25 850	28 923	22 003	26 005
Preço (Euros/kg)						
Total	4,17	4,30	3,15	4,09	3,75	3,09
Tunídeos	1,94	2,03	1,66	1,52	1,96	1,43
Restante pescado	4,62	5,24	5,43	5,78	5,23	5,96

Fonte: SREA

O tunídeo Bonito Gaiado evidenciou-se pelo volume, totalizando cerca de 6 218 toneladas e pela quota atingida nas vendas em lota, ultrapassando o patamar de 7 milhões de euros, apresentando, todavia, um preço médio de 1,21 €/kg. A espécie de imperador tem-se destacado pela valorização crescente nos últimos anos, entre as espécies com preços médios mais elevados, tendo atingido os 28,6 €/kg em 2021.

Principais Espécies Descarregadas – 2021

Espécie	Toneladas	Espécie	Mil Euros	Espécie	€/KG
Bonito	6 218	Bonito	7 498	Imperador	28,6
Patudo	1 197	Goraz	5 393	Ameijoa	25,3
Chicharo	878	Peixão	3 245	Goraz	21,5
Lula	349	Patudo	2 931	Rocaz	17,7
Cavala	337	Lula	2 294	Cherne	17,6
Peixão	308	Imperador	1 999	Peixe Galo	16,9
Goraz	251	Boca Negra	1 295	Pargo	12,8
Veja	230	Cherne	1 201	Salmonete	11,5
Abrótea	200	Chicharo	1 198	Polvo	11,3
Boca Negra	160	Abrótea	893	Choupa	11,1

Fonte: SREA

A composição e preço de mercado das principais espécies descarregadas nos portos de pesca da Região Autónoma dos Açores elevam a um nível significativo a sua representatividade no contexto da economia portuguesa.

Nos dados do quadro seguinte verifica-se que o pescado descarregado na Região atingiu 8,43% do total do país, face aos 7% registados no ano transato, tendo o preço de mercado sofrido um decréscimo residual comparativamente a 2020 (-0,5%), fixando-se nos 10,95% do total nacional.

Espécie	Açores		Portugal		Açores / Portugal (%)	
	TON	Mil €	TON	Mil €	TON	Mil €
Água Salobra e Doce	0	0	108	1 630	0,00%	0,00%
Peixes marinhos	11 423,4	33 648,2	117 747	220 165	9,70%	15,28%
Crustáceos	12,8	193,1	1 744	19 072	0,73%	1,01%
Moluscos	415,9	2 884,0	20 963	94 563	1,98%	3,05%
TOTAL	11 852	36 726	140 562	335 430	8,43%	10,95%

Fonte: INE, SREA

A frota de pesca açoriana mostra-se dotada de embarcações dimensionadas para o tipo de fainas operacionais mais frequentes e equipada com níveis de potência significativos.

Em 2021, estavam licenciadas 540 embarcações na Região Autónoma dos Açores, menos 17 que em 2020, tendo também a potência sofrido um decréscimo face ao ano transato de 1,84%. Também a capacidade das embarcações sofreu uma ligeira redução (-1,79%), acompanhando a tendência verificada a nível nacional.

A frota licenciada em 2021 equivaleu a 14% do número total de embarcações a nível nacional, 9,9% do total da arqueação bruta e 14,3% do total da potência da frota nacional registada nesse ano.

Embarcações - 2021

	Açores	Portugal	Açores / Portugal (%)
Número	540	3 868	14,0
Arqueação bruta (GT)	7 260	73 461	9,9
Potência (Kw)	40 331	281 934	14,3

Fonte: INE

Os dados sobre licenças por arte de pesca continuam a revelar, em linha com a realidade nacional, o predomínio na Região pela pesca de anzol, responsável por 58,01% das licenças emitidas, não obstante o decréscimo de 3,05% face ao ano transato. A pesca de arrasto, sem qualquer licença emitida, continua a ser uma arte de pesca não praticada na Região.

Outra questão de realce é a redução da pesca com redes, que se fixou nos 17,46%, em contraciclo com a realidade nacional (onde as licenças emitidas sofreram um aumento de 10,01%). Destaca-se ainda o peso relativo da prática da pesca por cerco na Região no total do país, responsável por cerca de 40,27% do total nacional desta arte de pesca.

Licenças por Arte de Pesca - 2021

	Açores (N.º)	Portugal (N.º)	Açores/Portugal (%)
Anzol	1 271	10 034	12,67
Armadilhas	80	2 589	3,09
Arrasto	0	828	0,00
Cerco	149	370	40,27
Redes	52	5 629	0,92
Outras artes	639	1 107	57,72
Total	2 191	20 557	10,66

Fonte: INE

As inscrições de pescadores são concedidas segundo três grandes categorias, consoante a distância mais ou menos significativa que alcança desde terra, a saber: local, costeira e largo.

Os dados sobre inscrições de pescadores junto das respetivas instituições marítimas mostram uma maior frequência nas categorias relativas a áreas de pesca mais próximas e, consequentemente, com viagens de menos horas até aos portos.

Comparativamente ao ano anterior, além da redução de 32% no número de pescadores inscritos, observa-se uma migração dos pescadores do segmento Costeiro para o Local, que se assume na Região como o segmento mais significativo em 2021, quando os dados de 2020 não registavam qualquer inscrição neste segmento.

Pescadores

	Açores (N.º)		Portugal (N.º)		Açores/Portugal (%)	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Local	0	863	4 021	5 052	0	17,1
Costeiro	1 902	431	9 151	7 703	20,8	5,6
Largo	0	0	512	582	0,0	0,0
Total	1 902	1294	13 684	13 377	13,9	9,7

Fonte: INE

Os indicadores de sinistralidade e de dias de incapacidade correspondem a características decorrentes de riscos associados a atividades marítimas.

Os dados empíricos mais concretos evidenciam a variabilidade e instabilidade de fatores marítimos.

Observando os dados relativos a 2021, regista-se a manutenção do número de mortos e feridos, aumentando, contudo, em cerca de 20,3%, o número de dias por incapacidade.

Sinistralidade e Dias de Incapacidade

	Açores (N.º)		Portugal (N.º)		Açores/Portugal (%)	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Mortos	1	1	3	2	33,3	50,0
Feridos	54	55	673	720	8,0	7,6
Dias de incapacidade	2 395	2 880	20 542	23 515	11,7	12,2

Fonte: INE

9. ENERGIA

Eletricidade

A procura agregada de eletricidade por parte das famílias, empresas e entidades públicas atingiu, em 2021, um volume total de 761,4 GWh, representando um acréscimo de 5,8% face ao período homólogo.

Na mesma linha de evolução, também a produção sofreu um incremento de 5% no mesmo período, fixando-se nos 827,9 GWh.

Eletricidade – Balanço

Unidade: GWh

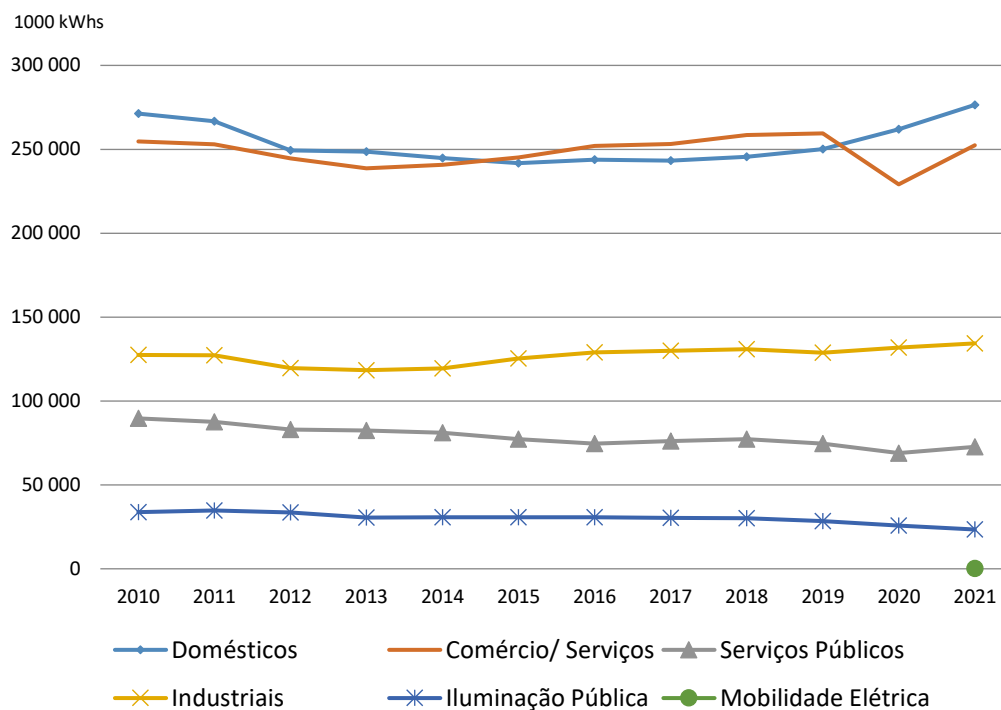
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Produção	804,6	792,5	788,9	791,0	801,0	802,9	813,9	812,9	788,4	827,9
Consumo	731,3	719,7	718,4	721,7	732,1	734,6	744,3	743,4	719,4	761,4

Fonte: SREA

Depois de um ano de 2020 marcado pela adoção de medidas de combate à pandemia, como o confinamento e adoção em massa do teletrabalho, que originaram uma alteração nos hábitos de consumo de energia dos cidadãos, com a gradual retoma à normalidade das atividades económicas, assistiu-se, em 2021, a um novo aumento do consumo global de energia, resultado de um aumento da procura em todas as componentes (exceto ao nível da iluminação pública). O aumento mais expressivo registou-se no setor do Comércio e Serviços (+10,1%), que, conjuntamente com o consumo Doméstico são responsáveis por cerca de 70% da procura de eletricidade no período em análise.

Destaque ainda para, pela primeira vez, se terem registado consumos destinados à vertente de mobilidade elétrica (nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial), ainda que represente um nível bastante residual do total de consumo (0,01%).

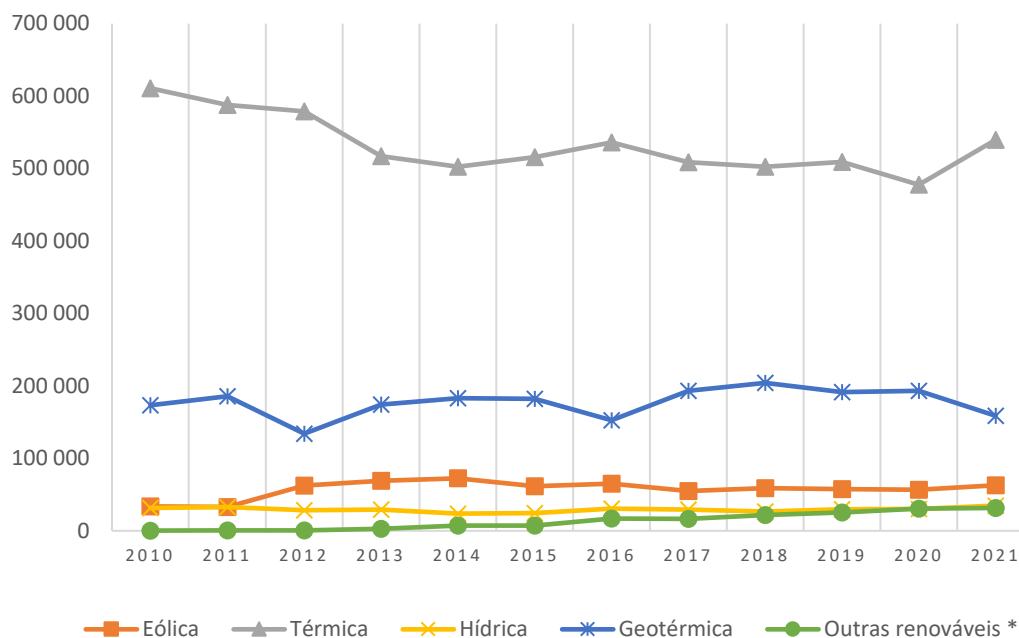
Consumo de Eletricidade



Fonte: SREA

No âmbito da oferta de produção emitida pelo sistema eletroprodutor, e depois de um ano marcado pelo decréscimo da energia térmica, com o reforço da produção através de fontes de energias renováveis, verifica-se, em 2021, sobretudo com a retoma do setor dos transportes (responsável por cerca de 43,5% do consumo de energia, e utilizando 100% energia do petróleo), a um novo aumento da produção da energia térmica, na ordem dos 13%. Esta é a fonte de energia predominante na Região, responsável por cerca de 65% da energia produzida. Não obstante, registaram-se aumentos de produção também ao nível das energias renováveis, nomeadamente ao nível da energia hídrica (+15%) e da eólica (+11%), tendo, por outro lado, a energia geotérmica, segunda fonte mais representativa, registado um decréscimo de 18% face ao período homólogo, depois do aumento registado no ano anterior.

Produção de Eletricidade



* Em 2011 inclui Microgeração

Fonte: SREA

Observando a distribuição da energia elétrica pelas diversas ilhas, verifica-se que as diferenças são mais expressivas em variáveis de produção do que de consumo.

Ao nível da produção, destacam-se o contributo das ilhas de São Miguel e Terceira, responsáveis, respetivamente, por 55% e 24% da energia produzida na Região. Verifica-se também uma predominância da produção por via da energia térmica, excetuando os casos da ilha Graciosa, onde a produção de energia renovável atinge os 63%, e a ilha das Flores, em que 50% da energia produzida advém da energia hídrica.

Em sentido contrário, a ilha do Corvo é a única cuja produção assenta 100% em energia térmica.

Focando apenas nas fontes de energias renováveis, estas apresentam contributos com distribuição mais variável e condicionada por fatores de ordem física. A opção por energia eólica é mais aplicável e funcional em algumas ilhas (São Miguel, Terceira, Pico e Faial), enquanto a energia hídrica se destaca particularmente nas Flores. A energia geotérmica tem representação apenas em São Miguel e na Terceira.

No que respeita ao consumo de energia, e em linha com a tendência global registada, foi verificado um acréscimo generalizado do consumo energético nas ilhas, resultado do aumento do consumo generalizado em todas as componentes (exceto na iluminação pública). As ilhas de São Miguel e Terceira são as que apresentam um maior consumo médio por instalação (registando também o maior número de instalações), verificando-se os níveis médios de consumo mais reduzidos na Graciosa.

Distribuição por Ilhas - 2021

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	RAA
Produção total (GWh)	21,9	449,8	198,2	14,1	29,6	49,7	50,8	12,2	1,7	827,9
Produção renovável (%)	16,0	39,6	37,3	62,5	12,2	12,5	13,8	57,1	0,0	34,8
Consumidores (N.º de instalações)	3 997	66 086	28 355	3 341	6 065	10 124	8 370	2 533	286	129 157
Consumo médio (MWh / N.º instalações)	4,9	6,4	6,3	3,9	4,5	4,3	5,5	4,4	5,4	5,9

Fonte: EDA

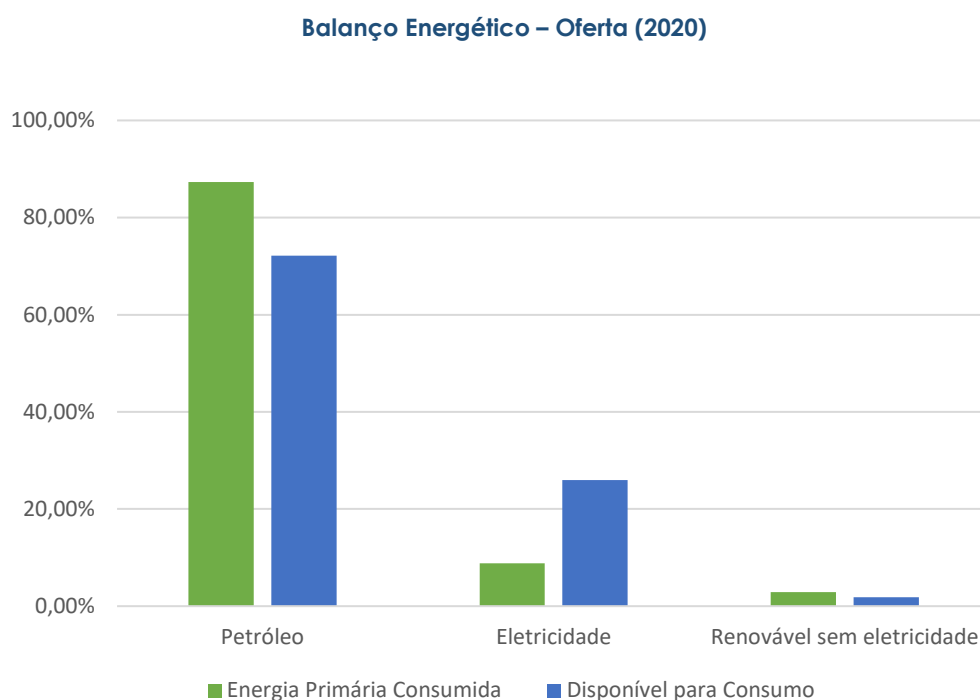
Balanço Energético

Não obstante não se encontrem ainda disponíveis os dados relativos ao Balanço Energético da Região para 2021, os dados provisórios de 2020, apurados pela Direção de Energia e Geologia, apontam para um volume de 351,7 mil toneladas equivalentes de petróleo de energia primária consumida.

Na energia primária consumida, conforme se verifica no gráfico abaixo sobre o balanço energético, os combustíveis fósseis (petróleo e derivados) representaram 87,3% do total. Já as energias primárias renováveis na forma de eletricidade ou, então, renováveis sem eletricidade, representaram respetivamente, 8,9% e 2,9%.

Considerando o sistema eletroprodutor verifica-se que a eletricidade passa a representar cerca de 1/4 da energia disponível para consumo (26,0% em 2020), enquanto o petróleo passa a representar cerca de 3/4 (72,2%). A energia disponível para consumo proveniente de fontes renováveis de sem eletricidade representa um valor residual de 1,9%. Face aos valores do ano de 2019, verifica-

se, ainda que com pouca expressão, o aumento da representatividade da eletricidade e restantes renováveis em detrimento da energia advinda do petróleo e seus derivados.



Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia (dados provisórios)

No que respeita à procura de energia, o setor de transportes é o mais representativo, sendo responsável por 43,5% do consumo, ficando integralmente satisfeito por recurso a energia advinda de produtos petrolíferos.

Também a energia consumida pela vertente doméstica representa uma importante quota de consumo, a segunda mais representativa (18,4%), a qual é satisfeita essencialmente por energia elétrica, não obstante o peso também representativo da energia petrolífera.

A nível global, regista-se que a maioria da procura é satisfeita por energia advinda do petróleo (72,2%), tendência esta que é relativamente transversal à maioria dos setores, com maior ênfase nos setores dos transportes, construção, agricultura e pescas. Excetuam-se o setor doméstico, dos serviços e a indústria, onde o consumo de energia elétrica tem maior representatividade (atingindo, no caso dos serviços, pela respetiva natureza, uma quota de 80,9%).

As restantes fontes de energia continuam a representar um peso residual, quer no total de consumo, quer na análise por setor.

Balanço Energético – Procura (2020)

(Consumo Final de Energia)

Unidade: %

Quota de Procura	Setores	Distribuição por fontes			
		Petróleo	Eletricidade	Outras	Total Geral
43,5	Transportes	100,0	0,0	0,0	100,0
18,4	Doméstico	39,1	51,9	9,0	100,0
13,9	Serviços	17,5	80,9	1,6	100,0
10,4	Indústrias	58,0	42,0	0,0	100,0
3,4	Construção e O.P.	94,2	5,8	0,0	100,0
8,6	Agricultura	93,5	6,5	0,0	100,0
1,8	Pescas	97,0	3,0	0,0	100,0
100,0	Total	72,2	26,0	1,9	100,0

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia (dados provisórios)

10. COMÉRCIO COM O ESTRANGEIRO

As trocas de mercadorias, no âmbito do comércio internacional, registaram um valor total de 277,5 milhões de euros durante o ano de 2021, 8,0% superior ao do ano transato, representando o valor mais alto dos últimos anos, reflexo também do aumento do comércio eletrónico.

As exportações conseguiram, em 2021, uma performance interessante, fixando-se em 130,2 milhões, superior em 20,6% face ao ano homólogo.

Por seu turno, as importações atingiram um total de 147,4 milhões de euros, decrescendo 1,2% face a 2020.

A taxa de cobertura, que mede o peso das exportações sobre as importações, registou um acréscimo de 15,9 pontos percentuais, depois da quebra no ano anterior, cifrando-se nos 88,3%.

Comércio Internacional de Mercadorias

Unidade: Milhares de Euros

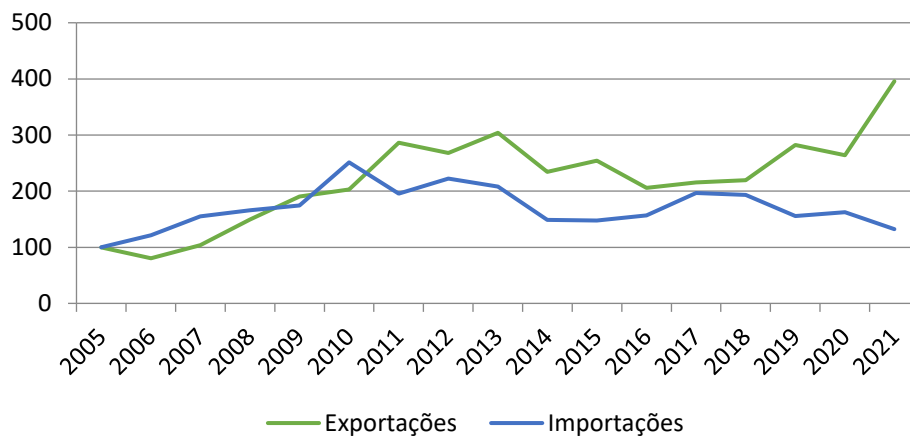
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Importações	136 522	135 737	144 431	180 435	177 179	142 705	149 109	147 359
Exportações	95 368	104 010	83 887	88 120	90 620	115 445	107 921	130 169
Total	231 890	239 747	228 318	268 555	267 799	258 150	257 030	277 528
Taxa de Cobertura (%)	69,9	76,6	58,1	48,8	51,2	80,9	72,4	88,3

Fonte: INE, Base de dados

O gráfico infra, que reflete a evolução a preços correntes desde o ano de 2005, efetivamente, corrobora a inversão da tendência registada no ano transato, registando-se, em 2021, um aumento das exportações e diminuição das importações.

Importações e Exportações a preços correntes

(Índice base 2005=100)



Fonte: INE

Observando a estrutura das trocas comerciais pelas grandes categorias de produtos e bens transacionáveis, continua a verificar-se que os produtos alimentares e bebidas representam a componente mais significativa em termos de volume de operações comerciais e de resultados económicos, confirmando a sua participação na base económica de exportação da economia regional. Esta categoria de produtos alimentares representa cerca de 84,3% das exportações e 40% das importações.

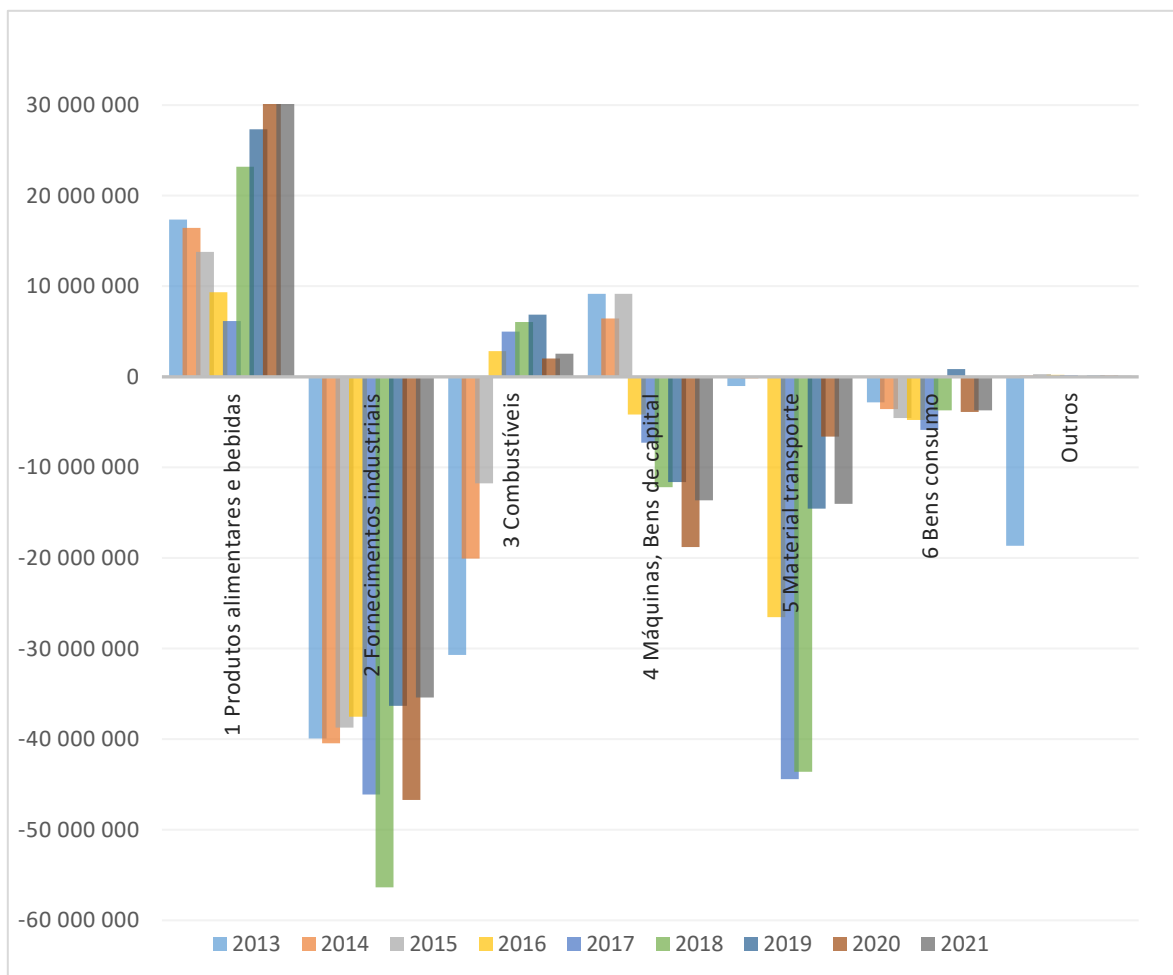
Já a categoria de fornecimentos industriais associa-se de forma expressiva a importações de bens na lógica de projetos de investimento, sendo a segunda categoria de bens mais representativa (responsável por 32,8%), seguida de máquinas e bens de capital (13,9%).

Ao nível das exportações, destacam-se ainda, os produtos de bens de consumo, responsáveis por 8,8% do total exportado.

Os combustíveis, por sua vez, são responsáveis por cerca de 3,1% das exportações e por 1,0% das importações, assumindo assim, pouca representatividade face às categorias acima mencionadas.

Comércio Internacional

(Saldos por Grandes Categorias)



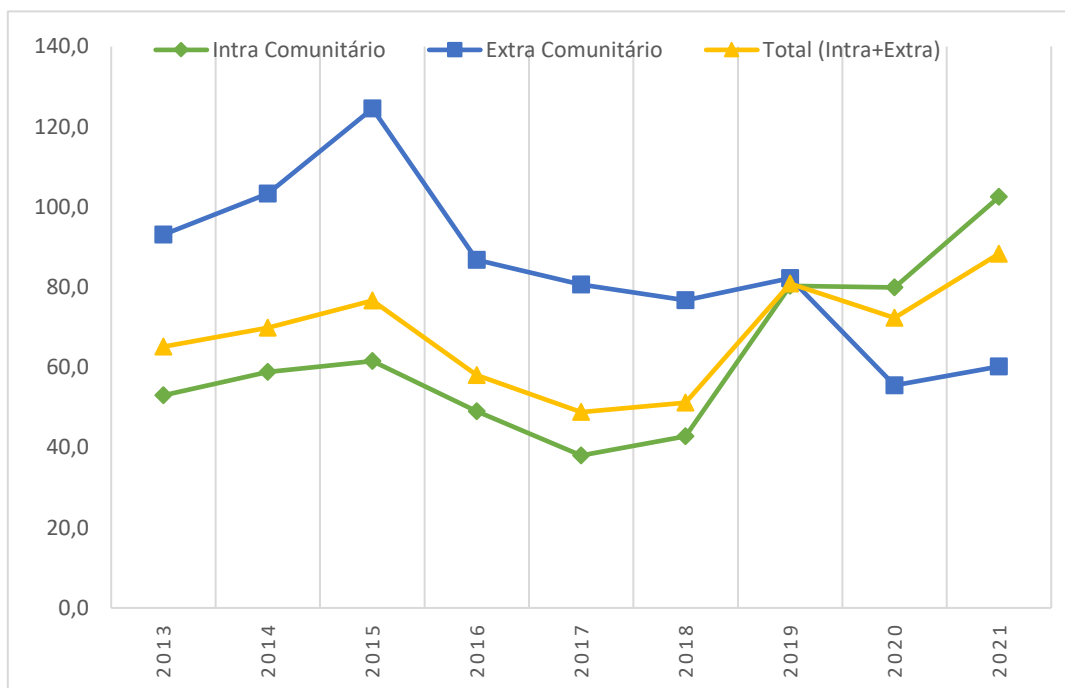
Fonte: INE

Desagregando as trocas comerciais com o estrangeiro por grandes espaços (intra ou extracomunitário), verifica-se a maior intensidade das trocas comerciais realizadas com mercados intracomunitários, responsáveis por 72% do total de trocas, predominância esta verificada tanto ao nível de importações como de exportações.

No que respeita à taxa de cobertura, verificam-se realidades distintas. Enquanto a nível intracomunitário, pela primeira vez nos últimos anos, as exportações superam as importações, resultando numa taxa de cobertura de 102,5 (bastante superior aos 79,9% registados em 2020), no mercado extracomunitário esta situação inverte-se, com a taxa de cobertura a fixar-se

nos 60,2%, o que determina uma taxa de cobertura global de 88,3%. Também as taxas de cobertura extracomunitária e taxa de cobertura global registaram incrementos face ao ano anterior, ainda que mais modestos comparativamente ao aumento no contexto intracomunitário.

Taxas de Cobertura por Grandes Espaços



Fonte: INE

11. TURISMO

Uma vez ultrapassadas na sua maioria, as restrições à mobilidade impostas aos cidadãos em 2020, devido à pandemia Covid-19, verificou-se em 2021, uma retoma gradual da atividade turística na Região. Nesse seguimento, registaram-se 1 987,5 mil dormidas, numa capacidade média total de 22 631 camas em estabelecimentos hoteleiros. Não obstante a capacidade média de alojamento tenha decrescido 1,60% relativamente ao ano anterior, verifica-se que tal se justifica pelo impacto dos primeiros 3 meses do ano de 2020, prévios aos impactos da pandemia. A partir de abril de 2021, verificam-se capacidades de alojamento superiores às homólogas. Por seu turno, no que respeita ao número de dormidas e, não obstante de se verificar o mesmo padrão de maiores níveis de dormidas em 2020, nos primeiros 3 meses do ano, regista-se um acréscimo total de dormidas de 131,38%, tendência verificada em todas as modalidades de alojamento.

Apesar da retoma observada, o número de dormidas ficou ainda aquém do registado em 2019, numa tendência, contudo, de aproximação nos últimos meses do ano.

Oferta e Procura na Hotelaria

Unidade: N.º

	Capacidade (1)				Dormidas					
	Hotelaria Tradicional	Turismo em espaço rural	Alojamento Local	Total	Hotelaria Tradicional	Turismo em espaço rural	Pousadas da Juventude	Parques de Campismo	Alojamento Local	Total
2008	8 339	721	-	9 060	1 127 513	18 541	16 050	25 743	-	1 187 847
2009	8 566	819	-	9 384	1 004 804	20 603	17 699	26 020	-	1 069 126
2010	8 305	844	-	9 149	1 035 031	24 831	22 140	32 489	-	1 114 491
2011	8 465	822	-	9 287	1 033 525	23 049	21 995	34 092	-	1 112 661
2012	8 368	848	-	9 215	954 740	28 883	30 900	24 886	-	1 039 409
2013	8 282	932	-	9 213	1 054 102	36 679	32 076	25 629	-	1 148 486
2014	8 439	910	-	9 349	1 063 775	39 776	33 112	24 846	69 738	1 231 247
2015	8 687	905	-	9 592	1 274 207	46 790	43 514	21 433	162 445	1 548 389
2016	9 306	912	-	10 218	1 543 595	51 361	45 736	29 341	306 050	1 976 083
2017	9 909	1 034	-	10 943	1 787 459	54 533	49 040	35 267	457 758	2 384 057
2018	10 269	1 104	-	11 373	1 789 349	62 130	42 609	42 295	627 257	2 563 640
2019	10 736	1 159	13 232	25 128	1 896 055	68 564	37 632	53 468	954 126	3 009 845
2020	7 094	892	15 012	22 998	534 608	17 239	6 187	5 407	295 510	858 951
2021	8 587	677	15 891	22 631	1 188 998	54 649	14 636	32 173	697 006	1 987 462

(1) Média anual da oferta mensal de camas
Fonte: SREA

A taxa de ocupação global apurada em 2021 foi de 36,8%, impulsionada pela hotelaria tradicional (taxa de ocupação de 37,9%). Registando-se uma variação positiva da taxa de ocupação em todas as tipologias de unidade hoteleiras, verifica-se um acréscimo global de 94,27%. Como maior aumento relativo, destaca-se a taxa de ocupação nas unidades de Turismo em Espaço Rural, que, não só aumentou cerca de 316,98% face aos níveis de 2020, como foi a única modalidade de alojamento a superar os níveis registados em 2019, demonstrando a preferência dos turistas por este tipo de unidades durante o período pandémico, com uma maior valorização do distanciamento social e espaços mais direcionados para o ar livre e proximidade com a natureza, em detrimento das tipologias de turismo de massas.

Taxa de Ocupação na Hotelaria

	Hotelaria Tradicional	Turismo em espaço rural	Alojamento Local	TOTAL
2008	37,0	7,0	-	34,7
2009	32,1	6,9	-	29,9
2010	34,1	8,1	-	31,7
2011	33,5	7,7	-	31,2
2012	31,3	9,3	-	29,2
2013	34,9	10,8	-	32,4
2014	34,5	12,0	-	32,3
2015	40,2	14,2	-	37,7
2016	45,4	15,4	-	42,8
2017	49,4	14,4	-	46,1
2018	47,7	15,4	-	44,6
2019	48,4	16,2	19,8	45,3
2020	20,6	5,3	5,4	18,9
2021	37,9	22,1	12,0	36,8*

* No cálculo da taxa de ocupação, para 2021, manteve-se a metodologia de cálculo dos anos anteriores, ou seja, não foi considerado o Alojamento Local no cálculo da referida taxa, para efeitos comparativos.

* A taxa de ocupação apurada não tem em conta o alojamento local (A taxa seria de 24,1% caso o AL fosse tido em conta).

Fonte: SREA

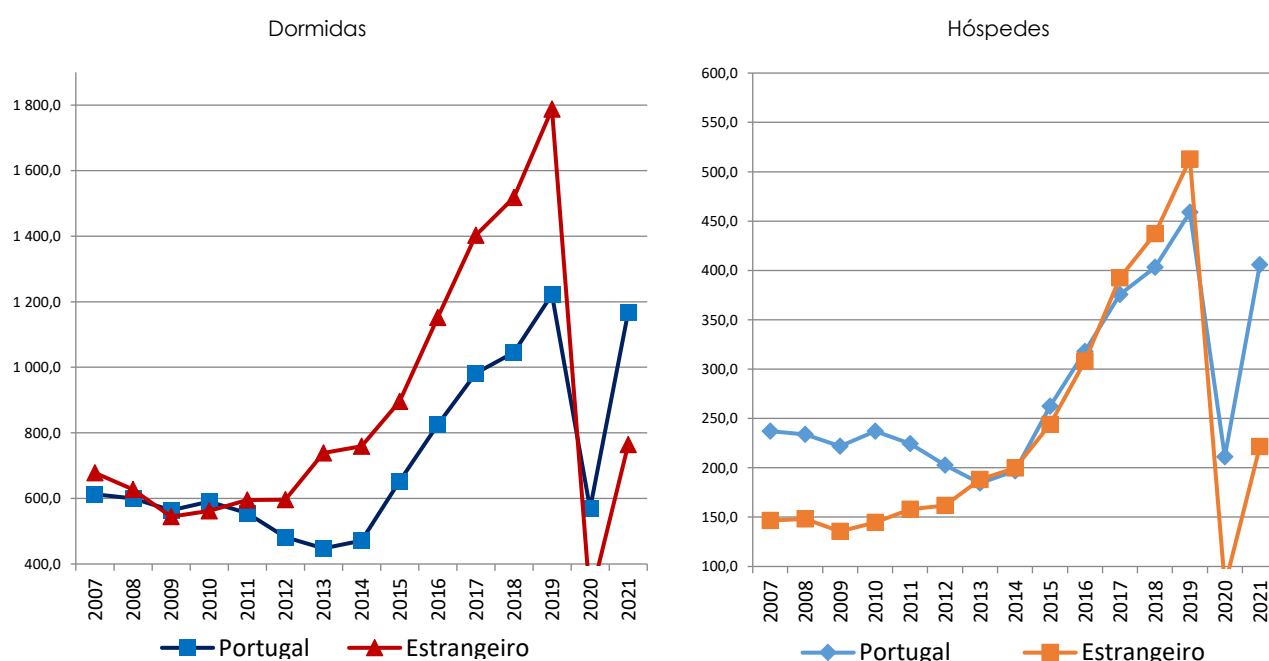
Mantendo a tendência registada no ano anterior, verifica-se uma maior procura da Região por hóspedes nacionais, que representam cerca de 60,46% das dormidas e 64,69% dos hóspedes. Esta evolução demonstra um aumento da representatividade das dormidas e hóspedes estrangeiros face ao ano transato, bem como uma aproximação à realidade dos anos imediatamente

anteriores à pandemia, em que predominava as dormidas e hóspedes de nacionalidade estrangeira.

Ao nível da estada média, mantém-se a tendência de duração maior para estadias por hóspedes estrangeiros (3,5) face a cidadãos nacionais (2,9).

Procura – Principais Mercados

(Segundo a residência / nacionalidade)



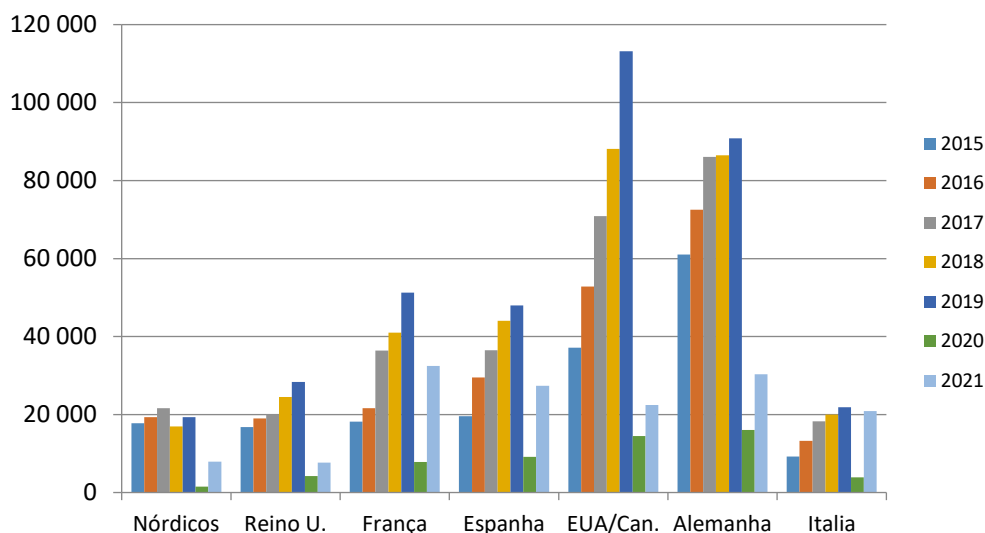
Fonte: SREA

Desagregando a procura segundo os mercados estrangeiros emissores, observam-se variações positivas em 2021 em todos os países/agrupamento de países. Registam-se como mercados emissores mais significativos o mercado de França (responsável por 14,66% dos hóspedes estrangeiros), Alemanha (13,70%), Espanha (12,36%) e EUA/Canadá (10,15%). Como menos representativos, registam-se os mercados dos países nórdicos (3,57%) e do Reino Unido (3,48%).

Face ao período homólogo, apesar do crescimento absoluto do número de hóspedes, observa-se uma perda de representatividade do mercado dos EUA/Canadá e Alemanha, embora continuem a ser dos mercados mais importantes. Em sentido inverso, os mercados emissores de França e Itália registaram crescimentos relativos interessantes.

Apesar da ainda fraca representatividade no total do número de hóspedes estrangeiros, destaca-se ainda o crescimento relativo dos hóspedes oriundos dos países nórdicos que registou crescimento de 94,58%.

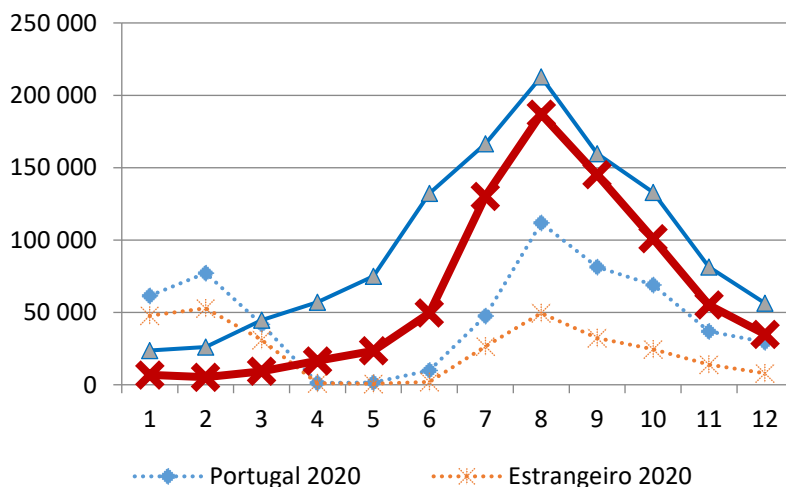
Hóspedes segundo Mercados Estrangeiros Emissores



Fonte: SREA

A análise à variação do número de dormidas ao longo do ano permite confirmar a tendência sazonal associada ao setor do turismo, com o aumento expressivo do número de dormidas a partir de maio (hospedes nacionais) e junho (hospedes estrangeiros), com o valor máximo a ser atingido em agosto e posterior quebra nos meses seguintes.

Sazonalidade das Dormidas



Fonte: SREA

Os dados da exploração hoteleira são ilustrativos da retoma gradual verificada no setor em 2021, após os decréscimos muito representativos verificados durante o ano de 2020, fruto das restrições à mobilidade provocadas pelo contexto pandémico.

Esta retoma é refletida em todas as variáveis, ainda que os valores se registem ainda distantes dos verificados em 2019, ano imediatamente anterior à pandemia. Registou-se assim, face ao período homólogo, um acréscimo das receitas totais e das receitas de aposentos de, respetivamente, 160% e 169%, tendo as despesas com pessoal incrementado em 28%.

Exploração das Unidades Hoteleiras

Unidade: Milhares de Euros

Anos	Receitas totais	Receitas de aposentos	Despesas com pessoal
2008	56 265,7	39 638,8	20 205,7
2009	50 578,2	36 621,5	20 349,1
2010	50 389,2	36 772,9	18 543,5
2011	48 224,9	35 104,2	19 028,8
2012	43 445,1	31 821,3	17 513,2
2013	46 464,8	34 301,1	16 689,1
2014*	46 191,1	34 278,9	17 246,3
2015*	56 010,6	41 876,3	19 975,0
2016*	72 563,7	53 507,8	23 742,3
2017*	89 966,6	65 775,0	28 110,7
2018*	96 976,9	72 954,3	31 342,4
2019*	107 438,9	81 304,4	34 780,3
2020*	27 394,9	19 842,8	21 419,9
2021*	71 271,9	53 373,2	27 398,2

* Neste ano não foram considerados dados sobre casas de hóspedes
Fonte: SREA

12. TRANSPORTES

Ultrapassadas as restrições à mobilidade impostas aos cidadãos em 2020, devido à pandemia Covid-19, verifica-se uma retoma progressiva em todo o setor dos transportes. Ainda que, na generalidade, se registem níveis inferiores aos de 2019, ano imediatamente anterior ao contexto pandémico, verifica-se um acréscimo global em todas as formas de mobilidade, à exceção da aquisição de novos automóveis.

Os dados sobre o tráfego de passageiros nos transportes coletivos terrestres revelaram acréscimos em 2021, invertendo a quebra acentuada registada em 2020, crescimento este verificado nos dois tipos de carreiras dos transportes coletivos terrestres (urbanas e interurbanas), e registado quer ao nível do número de passageiros transportados (15,7%), quer ao nível de passageiro/quilómetro (19,4%). Não obstante, o tráfego global ainda está muito dos valores de 2019.

Tráfego de Passageiros nos Transportes Coletivos Terrestres

Unidade: Milhares de Passageiros

Carreiras		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Interurbana	Passageiros	7 337,9	7 348,9	7 486,2	6 603,4	5 805,8	3 659,1	4 197
	Passageiros - km	81 293	81 561	78 180	71 561	63 662	40 066,7	47 816
Urbana	Passageiros	1 378,9	1 324,9	1 263,0	1 210,0	1 122,5	710,0	858
	Passageiros - km	7 934	7 564	7 249	7 004	6 563	4 013,4	4 951

Fonte: SREA

O tráfego total de passageiros movimentados nos portos comerciais (embarques e desembarques) situou-se na ordem de 1,6 milhões de movimentos em 2021.

Os cerca de 702 mil passageiros movimentados no Canal representam, em termos relativos, 44,0% do total de passageiros movimentados na Região.

Comparativamente ao ano anterior, regista-se uma variação positiva de 46,2% no número total de passageiros movimentados, reflexo do aumento simultâneo da movimentação nos portos comerciais (47,4%) e no canal (44,7%).

Tráfego de Passageiros nos Portos Comerciais

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Rede Portos Comerciais (N.º)	968 116	1 034 914	1 121 930	1 185 093	1 130 301	1 141 817	607 119	894 622
Canal (N.º)	702 600	764 798	825 056	843 632	814 592	818 914	485 120	701 990
Total (Rede + Canal) (N.º)	1 670 716	1 799 712	1 946 986	2 028 725	1 944 893	1 960 731	1 092 239	1 596 612
Canal/Rede (%)	72,6	73,9	73,5	71,2	72,1	71,7	79,9	78,5
Canal/total (%)	42,1	42,5	42,4	41,6	41,9	41,8	44,4	44,0

Fonte: SREA

O tráfego de passageiros nos aeroportos situou-se na ordem dos 2,37 milhões de movimentos em 2021, representando um aumento de cerca de 1 milhão (85%) de embarques e desembarques face ao período homólogo. Para este registo contribuíram o aumento de passageiros movimentados em todos os tipos de voos, nomeadamente em voos internacionais (97,5%), em voos territoriais (84,6%) e em voos inter-ilhas (84,9%).

Tráfego de Passageiros nos Aeroportos

(Passageiros Embarcados + Desembarcados)

Unidade: N.º

	Inter-ilhas	Territoriais	Internacionais	Total
2013	837 717	637 036	241 918	1 716 671
2014	887 185	674 317	257 266	1 818 768
2015	1 005 276	939 954	260 195	2 205 425
2016	1 183 665	1 148 202	315 072	2 646 939
2017	1 292 064	1 449 032	393 957	3 135 053
2018	1 370 587	1 495 266	384 786	3 250 639
2019	1 422 434	1 635 229	363 081	3 420 744
2020	656 275	558 552	61 788	1 276 615
2021	1 213 592	1 031 192	122 007	2 366 791

Fonte: SREA

As cargas movimentadas nos portos comerciais, em 2021, totalizaram 2 545,6 mil toneladas.

Este volume representa um acréscimo de 4,9% em relação ao ano anterior, verificando-se o aumento quer ao nível dos carregamentos (8,6%), quer dos descarregamentos (3,6%).

As cargas movimentadas nos aeroportos registaram um volume de 10,6 mil toneladas, em 2021, representando um crescimento pelo terceiro ano consecutivo, aumento que se fixa neste período em 11,2%. Para este indicador,

contribuíram também, simultaneamente, os acréscimos dos carregamentos (7,7%) e dos descarregamentos (15,1%).

Cargas Movimentadas

Unidade: Milhares de Ton.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Aeroportos	8,3	8,6	8,9	8,7	8,7	9,1	9,5	10,6
Portos	2 084,0	2 129,9	2 327,4	2 370,8	2 476,4	2 373,2	2 426,0	2 545,6
Total	2 092,3	2 139,8	2 336,3	2 379,5	2 485,1	2 382,3	2 435,5	2 556,2

Fonte: SREA

Os 3 650 automóveis novos vendidos, durante o ano de 2021, representam, pelo terceiro ano consecutivo, um decréscimo em relação ao ano anterior. Este decréscimo é reflexo da diminuição das vendas em todas as classes, exceto no caso de automóveis ligeiros mistos, em que se verificou um acréscimo de 30,8% (correspondente, contudo, a 4 unidades). Os automóveis ligeiros de passageiros e os automóveis comerciais, verificaram quebras na ordem dos 1,5% e 7,2%, respetivamente, resultando numa redução global no número de automóveis novos comercializados na Região de 2,5%. Dos 3 560 veículos vendidos, 2 894 são automóveis ligeiros, o que equivale a 81,3% da totalidade de veículos novos vendidos.

Automóveis Novos Vendidos

Unidade: N.º

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Automóveis Ligeiros	2 003	2 558	3 387	3 636	3 938	3 879	2 933	2 894
Passageiros	2 001	2 554	3 384	3 632	3 937	3 872	2 920	2 877
Mistos	2	4	3	4	1	7	13	17
Automóveis Comerciais	407	537	706	714	844	859	718	666
Total	2 410	3 095	4 093	4 350	4 782	4 738	3 651	3 560

Fonte: SREA

13. EDUCAÇÃO

No ano letivo de 2020/2021, o número de matrículas nas escolas da Região Autónoma dos Açores, nos ciclos de ensino regular e nas outras modalidades complementares de ensino, correspondeu a um total de 43 136 alunos, invertendo a tendência de decréscimo verificada nos anos anteriores, incrementando na ordem dos 215 alunos (0,5%). Esta evolução decorre, por um, lado, do aumento expressivo do número de matrículas em creches, que aumentou em 91,2% face ao ano letivo transato, e por outro lado, da diminuição transversal verificada no número de matriculados no ensino regular (-1,86%), em todos os ciclos de ensino, e nas formas de ensino alternativas (-6,5%).

Matrículas nas Escolas da Região por Ano de Escolaridade
(Ensino Oficial e Particular)

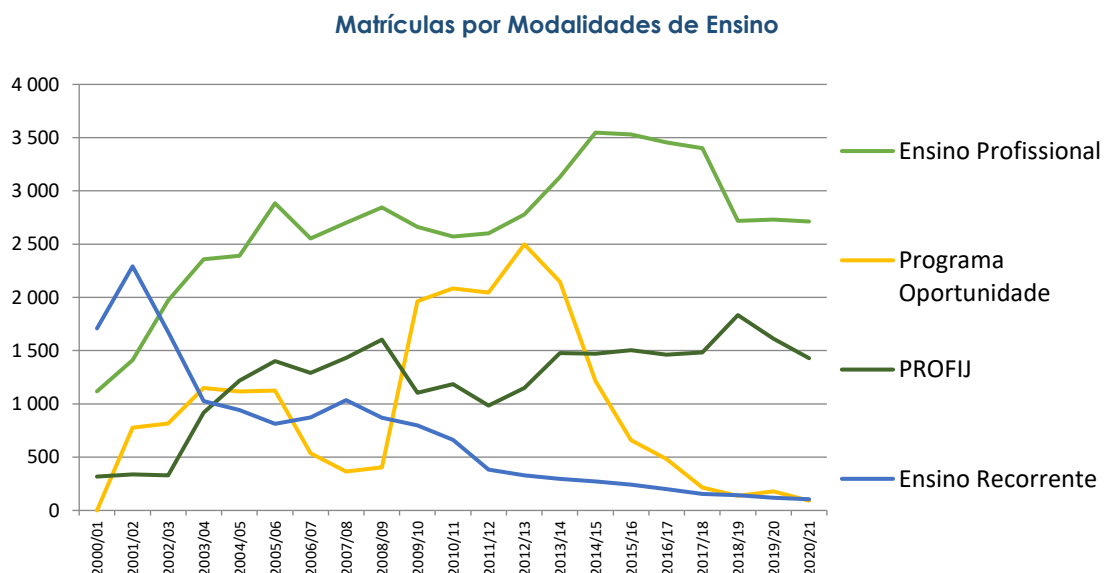
Unidade: N.º

Anos Letivos	Ensino Regular						Outras modalidades de ensino						TOTAL
	Creche	Jardim de Infância	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	Ensino Recorrente	Programa Oportunidade	PROFIJ	Ensino Profissional	Outros	PEREE	
2014/15	1 468	7 539	11 811	6 053	8 276	5 456	272	1 217	1 472	3 547	768	760	48 639
2015/16	1 641	7 341	11 477	5 737	8 146	5 335	241	661	1 506	3 531	982	1 002	47 600
2016/17	1 571	7 166	11 089	5 402	7 829	5 228	201	484	1 461	3 456	1 121	1 508	46 516
2017/18	1 503	6 712	11 005	5 329	7 857	4 933	156	214	1 482	3 402	1 098	1 514	45 205
2018/19	1 582	6 706	10 571	5 253	7 621	5 178	142	138	1 834	2 719	1 021	1 248	44 013
2019/20	1 540	6 670	10 169	5 105	7 576	4 924	118	178	1 612	2 731	1 046	1 252	42 921
2020/21	2 944	6 439	9 927	5 014	7 595	4 828	105	91	1 430	2 712	800	1 251	43 136

Fonte: Direção Regional da Educação

Para além das matrículas no ensino regular, outras modalidades de ensino foram sendo introduzidas no sentido de procurar responder a necessidades de mercado em termos de empregabilidade e a condições de evolução do próprio sistema de ensino.

Nas modalidades alternativas de ensino, o ensino profissional é a mais representativa, no que respeita a número de matrículas. A modalidade de ensino PROFIJ vem revelando uma evolução regular, situando-se atualmente nas 1 430 matrículas no ano letivo em análise. Não obstante a modalidade de ensino PROFIJ agregar 32,96% das matrículas das modalidades de ensino alternativas, esta verificou um decréscimo face ao ano letivo transato de cerca de 11,29%. O Programa Oportunidade e o Ensino Recorrente registaram quebras no número de matrículas de 48,88% e 11,02%, respetivamente, seguindo a tendência generalizada de decréscimo no número global de matrículas.



Fonte: Direção Regional da Educação

Os níveis de escolarização, medidos pelo número de matrículas em relação à respetiva população em idade escolar, mostram o decréscimo generalizado nos vários escalões etários, incluindo a perda de um núcleo central de acesso generalizado de 100%, em grupos etários mais associáveis aos da escolaridade obrigatória, não obstante estas faixas etárias continuem a registar taxas de escolarização acima dos 97%.

A partir dos últimos escalões, a taxa de escolarização começa a perder significado, quer com as progressões para o ensino superior, quer com as transições para o mercado de trabalho. Assim, nos escalões de 18 e de 19 anos, foi registado um decréscimo em relação ao último ano letivo, de 2,37% e 15,49% respetivamente.

Nos escalões etários imediatamente anteriores denota-se uma estabilidade geral dos níveis de escolarização face ao ano letivo transato, com variações residuais (positivas) nos 15 anos e (negativas) nos 14 e 16 anos.

Taxas de Escolarização por Idades e Anos Letivos

(Ensino Oficial e Particular)

Unidade: %

IDADES	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21
3 anos	65,6	68,1	66,8	66,9	70,4	73,8	74,2	80,2	79,6	76,2
4 anos	89,2	91,0	90,2	92,5	88,3	89,6	96,9	96,7	93,5	93,8
5 anos	97,2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	97,1
6 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	97,0
7 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	97,1
8 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	93,6
9 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	95,7
10 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	95,9
11 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,4
12 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	94,3
13 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,2
14 anos	100,0	99,5	99,0	100,0	100,0	98,4	99,0	99,1	96,5	96,1
15 anos	97,8	95,5	99,9	99,5	98,3	99,1	96,5	93,1	94,9	96,2
16 anos	92,4	92,9	97,2	100,0	96,8	96,7	98,8	96,1	95,9	94,0
17 anos	79,6	81,3	93,5	95,4	95,1	89,8	92,8	95,1	96,6	96,6
18 anos	48,8	49,3	51,6	56,5	56,2	54,9	60,9	66,2	65,5	64,0
19 anos	26,7	27,7	28,4	28,5	29,9	29,2	32,6	34,7	31,3	26,4

Fonte: Direção Regional da Educação

Medindo o aproveitamento escolar pelas taxas de transição ou de conclusão de ano de escolaridade, observam-se diminuições nos diversos ciclos, ainda que os valores se mantenham, na generalidade, acima dos 93%.

As taxas de aproveitamento do 12º ano é a que revela desempenhos menos positivos, fixando-se nos 86,2%. Apesar do desempenho global apresentar uma evolução negativa face ao ano letivo transato, verifica-se que os mesmos se mantêm ainda positivos face ao histórico anterior ao ano letivo 2019/2020.

Aproveitamento Escolar por Ano de Escolaridade ^(a)

Taxas de Transição ou de Conclusão
(Ensino Oficial e Particular – Currículo Regular)

Unidade: %

Ano de Escolaridade	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21
4º	80,8	86,9	87,5	91,9	93,6	94,2	93,1	96,4	94,7
6º	80,1	80,6	87,1	90,2	93,6	92,8	93,2	97,5	94,3
9º	72,1	76,9	81,2	85,9	90,3	90,6	89,3	94,4	93,4
12º	60,6	60,4	63,2	67,3	76,2	70,2	74,8	89,0	86,2

(a) Consideraram-se como representativos os anos terminais de cada ciclo do ensino básico e secundário

Fonte: Direção Regional da Educação

A oferta do sistema de ensino oficial da Região Autónoma dos Açores corresponde a 40 unidades orgânicas (manutenção face ao ano letivo anterior), 166 edifícios escolares (acréscimo de 2), e 4 951 professores (decréscimo de 2).

A organização territorial do sistema de ensino e respetiva distribuição pelo arquipélago decorrem de fatores relativos à dimensão da procura escolar e à localização em função de acessibilidades dentro de cada ilha e, também, inter-ilhas.

Quanto às unidades orgânicas e enquadramento de meios e recursos escolares, verificam-se distribuições e ajustamentos em função da perenidade ou tempo de vida útil dos equipamentos e de dinâmicas de recursos mais variáveis.

Distribuição por Ilhas

(Ensino Público – 2020/2021)

N.º

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	AÇORES
Unidades orgânicas	1	21	7	1	3	3	2	1	1	40
Edifícios Escolares	6	88	35	5	5	12	11	3	1	166
Pessoal docente	136	2 864	1 031	90	190	284	250	84	22	4 951

Fonte: Direção Regional da Educação

14. DESPORTO

No ano de 2021, inscreveram-se nas associações desportivas 22 658 atletas, o que corresponde a um acréscimo de 1,7% em relação ao ano anterior. Em relação ao número de árbitros ou juizes verificou-se um decréscimo de 3,39%.

O enquadramento desportivo destes praticantes continua a beneficiar do acompanhamento de técnicos cujo número cresceu. No entanto, apesar do aumento do número de técnicos, este não alterou o equilíbrio do rácio de 22 atletas por técnico que se vem mantendo nos últimos anos.

Evolução Desportiva

Unidade: N.º

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Atletas	23 619	23 112	23 001	23 377	23 445	22 575	22 816	22 287	22 658
Técnicos	1 065	979	1 031	1 060	1 069	1 043	1 017	1 029	1 044
Árbitros ou Juizes	1 043	918	1 038	1 080	1 053	1 182	1 187	1 121	1 083
Dirigentes ou Outros Agentes	1 778	1 800	1 860	1 813	1 844	1 861	1 736	1 768	1 766
Clubes ou Entidades (a)	396	394	396	392	399	394	382	381	381
Equipas ou Grupos Praticantes	1 243	1 221	1 144	1 251	1 233	1 186	1 274	1 166	1 173

(a) Somatório obtido a partir das diversas modalidades implica dupla contagem, já que há algumas modalidades praticadas num mesmo clube

Fonte: Direção Regional do Desporto

As modalidades que continuam a destacar-se são o futebol de onze com 4 831 atletas inscritos, representando mais de 1/5 do total de atletas inscritos, o voleibol com 2 787 atletas e o futsal com 2 209 atletas. Comparando com o período homólogo, verifica-se, em 2021, um decréscimo de 4,56% no número de atletas no futebol de onze e um acréscimo de 10,5% no voleibol.

O futsal, depois das fases de arranque com ritmos de crescimento elevados e de uma certa estabilização, registou uma diminuição de 4,66% no número de atletas face a 2020.

Indicadores – Época de 2020

Unidade: N.º

Modalidades	Atletas	Técnicos	Árbitros / Juizes	Dirigentes / outros agentes	Clubes / Entidades a)	Equipas / Grupos Praticantes	Nº jogos / provas locais	Nº Part. provas regionais	Nº Part. provas nacionais	Duração da Época	Conce-lhos
Atividades Subaquáticas	9	0	0	0	c)						
Aikido	90	8	0	0	c)						
Andebol	587	25	30	29	7	29	96	108	88	5	6
Atletismo	1 399	68	102	61	28	58	577	226	146	7	11
Automobilismo	168	0	98	0	c)						
Badminton	368	5	7	6	2	27	96	0	26	7	1
Basquetebol	1 361	59	64	51	20	98	361	260	80	7	8
Canoagem	213	8	13	30	7	4	50	194	16	6	5
Ciclismo	508	27	18	86	18	11	287	81	39	10	8
Columbofilia	17	0	0	13	1	1	31	0	0	5	1
Dança Desportiva	141	9	3	3	7	3	43	0	108	8	2
Desporto Equestre	347	7	11	10	5	10	52	35	10	3	4
Desporto Adaptado	238	8	0	0	c)						
Escalada	5	0	0	0	c)						
Esgrima	23	3	1	4	2	0	48	0	7	0	2
Futebol	4 831	306	125	673	53	244	1 831	582	224	9	17
Futsal	2 209	117	68	353	42	148	868	150	174	9	17
Ginástica Aeróbica	199	9	25	0	2	15	104	148	101	9	3
Ginástica Artística	94	2	2	0	1	4	23	0	22	9	3
Ginástica Rítmica	89	4	6	0	2	5	82	0	23	9	3
Ginástica Para Todos	31	0	0	0	3	0	0	0	0	9	3
Ginástica Trampolins	7	1	0	0	1	0	3	0	0	9	3
Golfe	463	2	2	10	2	39	91	32	91	11	2
Hóquei em Patins	324	18	4	40	5	22	85	72	36	7	3
Jet-ski	29	1	5	0	5	0	18	77	4	3	3
Judo	1 333	33	111	78	12	96	201	138	75	10	6
Karaté	710	45	61	13	19	11	425	129	59	9	14
Kickboxing	183	7	5	3	4	5	118	36	40	5	3
Motociclismo	52	0	0	0	4	3	20	159	0	0	4
Natação	761	28	54	19	10	39	154	436	120	9	7
Parapente	39	0	0	0	c)						
Patinagem Artística	262	12	75	11	8	14	101	89	103	7	3
Patinagem Velocidade	57	2	23	1	2	0	47	12	4	7	2
Pedestrianismo	27	0	0	0	c)						
Pesca Desportiva	68	0	0	0	c)						
Surf	149	2	9	9	5	4	21	109	13	0	5
Ténis	760	17	14	26	11	47	75	156	87	9	7
Ténis de Mesa	585	28	29	35	11	36	303	67	106	6	7
Tiro com Armas de Caça	103	0	0	0	4	7	91	74	4	10	4
Tiro de Precisão	239	12	36	43	5	17	169	147	29	10	4
Triatlo	10	0	0	0	c)						
Vela	588	36	9	35	14	29	81	237	53	8	12
Voleibol	2 787	125	68	118	28	142	1 298	601	273	8	13
Xadrez	195	10	5	6	8	5	43	127	38	5	5
TOTAL	22 658	1 044	1 083	1 766	a)	1 173	7 893	4 482	2 199		

a) O total não corresponde ao somatório da coluna, mas sim ao total de clubes existentes, já que muitos desenvolvem mais de uma modalidade

b) Ações de carácter formal destinadas a treinadores, árbitros e outros agentes desportivos não praticantes, exceto dirigentes.

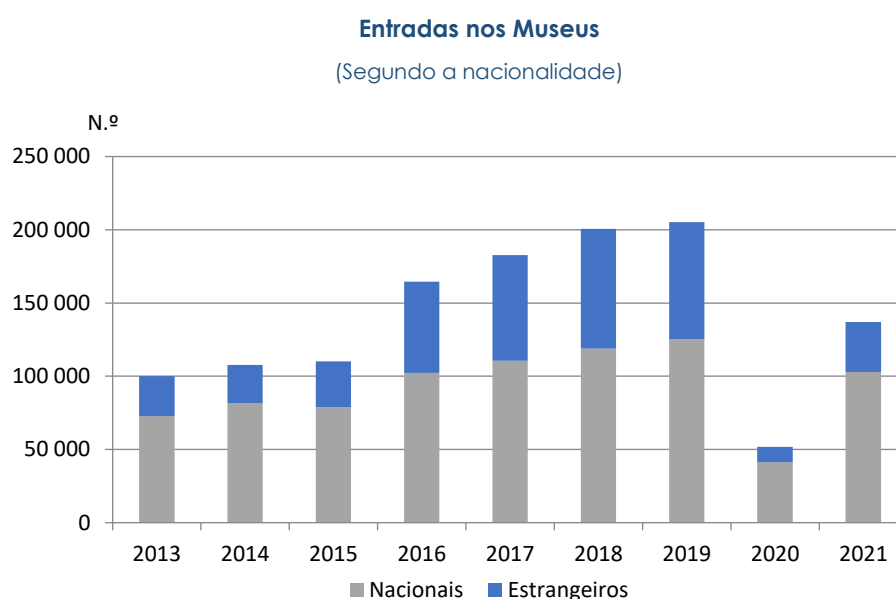
c) As Associações (ou Clubes) das modalidades em causa não têm a obrigatoriedade de nos enviar o registo da atividade local, regional ou nacional por não terem celebrado qualquer contrato-programa com a DRD

Fonte: Direção Regional do Desporto

15. CULTURA

A rede regional dos museus da Região Autónoma dos Açores foi objeto de procura por parte de 137 mil visitantes durante o ano de 2021, o que representa um acréscimo de 164,3% em relação ao ano anterior.

Este aumento decorreu do retorno à normalidade após 2 anos de pandemia, não permitindo, no entanto, alcançar os valores registados em 2019, em contexto anterior à pandemia.



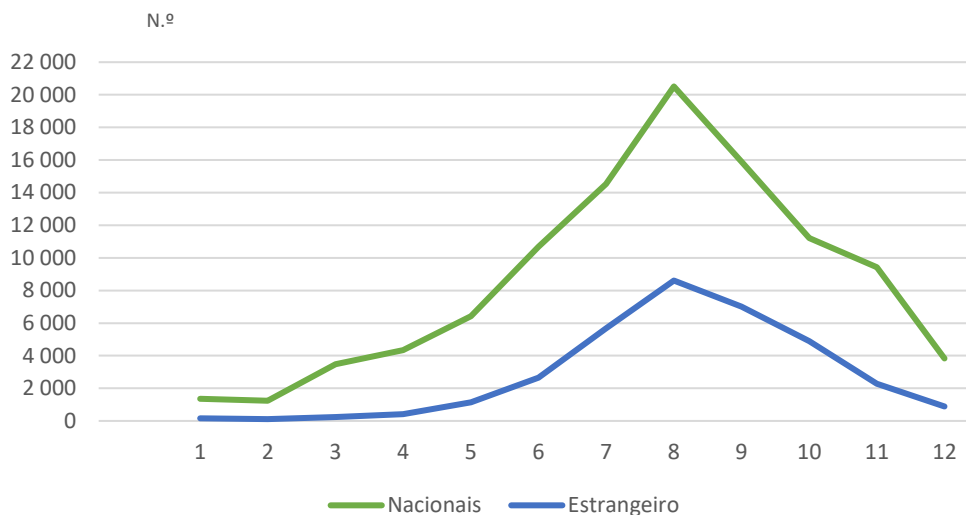
Fonte: Direção Regional da Cultura

A distribuição intra-anual mostra uma sazonalidade que atingiu o seu pico no mês de agosto, quer por parte de visitantes nacionais, quer por residentes no estrangeiro.

Esta sazonalidade mostra certas características semelhantes às observáveis na hotelaria através da distribuição intra-anual da procura pelos respetivos hóspedes. Todavia, destaca-se o predomínio regular da procura por residentes nacionais, o que, embora se tenha verificado em 2021, não é uma realidade histórica no setor do turismo na Região.

Entradas nos Museus

(Distribuição mensal de visitantes em 2021)



Fonte: Direção Regional da Cultura

Em 2021, os dados das bibliotecas públicas e arquivos continuam a mostrar que há documentos solicitados mais do que uma vez por consulta.

Efetivamente, as bibliotecas públicas e arquivos regionais atenderam cerca de 49 mil pedidos de consulta por parte de utilizadores que, por sua vez, consultaram cerca de 90 mil de documentos.

Bibliotecas e Arquivos Públicos Regionais - 2021

(Utilizadores e documentos consultados)

Organismo	N.º de Utilizadores	N.º de Documentos Consultados
Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro	11 129	29 482
Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada	24 510	46 681
Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça - Horta	13 126	13 555
Total	48 765	89 718

Fonte: Direção Regional da Cultura

No contexto dos últimos anos, 2021 destaca-se pelos acréscimos nos números de agremiações e grupos culturais com finalidades de representação cénica (teatro), que se traduziram na criação de 11 novos grupos e no encerramento de 3 existentes.

Os grupos com finalidade de execução musical (filarmónicas) e execução de dança (folclore), tiveram uma redução que se traduziu em menos 3 filarmónicas e 4 grupos de folclore.

Agremiações e Grupos Culturais

Unidade: N.º

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	Total
Filarmónicas	1	33	23	4	14	13	8	1	1	98
Grupos de Folclore	2	25	19	1	2	9	6	1	0	65
Grupos de Teatro	0	21	13	2	4	6	5	1	0	52

Fonte: Direção Regional da Cultura

16. SAÚDE

As consultas realizadas, durante o ano de 2020, no âmbito do Serviço Regional de Saúde totalizaram 958 mil atos clínicos, resultando num crescimento de 9,5%, em relação ao ano anterior. A maior variação foi registada ao nível dos hospitais, uma vez ultrapassado o período crítico relacionado com o contexto pandémico, com um incremento de 18,2% no número de consultas. Nos centros de saúde, o acréscimo situou-se nos 3,6%. Como mais representativos, destacam-se o Hospital de Ponta Delgada, o Centro de Saúde de Ponta Delgada e o Hospital de Angra do Heroísmo, responsáveis, a nível agregado, por 52,5% das consultas registadas em 2021.

Por sua vez, também os atos clínicos em urgências aumentaram 18,6% face ao período homólogo, totalizando 228,3 mil registos, tendo este incremento sido mais significativo nas urgências em hospitais (+21,8%), não obstante os centros de saúde também tenham registado uma subida a assinalar (+12,9%). Pela sua natureza, os 3 Hospitais da Região são responsáveis por 65,7% dos atendimentos urgentes registados no período em análise.

Com o aumento verificado, o número de consultas superou o registado em 2019, depois do decréscimo em 2020 em resultado das restrições advindas do contexto pandémico.

Consultas e Urgências ⁽¹⁾

Unidade: N.º

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Consultas	642 519	725 448	791 369	811 985	831 027	942 286	872 558	958 002
Centros de Saúde*	332 051	403 244	446 444	469 690	478 645	578 019	521 331	540 226
Hospitais	310 468	322 204	344 925	342 295	352 382	364 267	353 561	417 776
Urgências	331 454	331 541	343 717	322 231	314 805	302 248	192 451	228 316
Centros de Saúde	152 808	139 773	146 628	135 160	131 041	116 250	69 382	78 319
Hospitais	178 646	191 768	197 089	187 071	183 764	185 998	192 495	149 997

(1) A partir do ano de 2015 a informação é retirada da aplicação Medicine One

* Inclui consultas no Centro de Oncologia

Fonte: Direção Regional de Saúde (dados provisórios)

Quanto aos serviços de internamento de doentes para tratamento, registou-se uma procura de 28,0 milhares de entradas, que deram origem a uma permanência correspondente a 183,9 mil dias, o que representa um aumento

face ao período homólogo, quer em termos de número de doentes (20,2%), como de dias de internamento (11,6%).

Dos dados observáveis resulta ainda uma demora média de internamento inferior à do ano anterior, fixando-se nos 6,6 dias por doente internado.

No que respeita à lotação dos serviços de saúde, e, não obstante a sua redução residual (-4), observa-se um aumento do nível de ocupação (61,5%).

Internamento ⁽¹⁾

Unidade: N.º

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Doentes (N.º)	27 889	27 363	27 708	29 296	28 846	29 249	23 264	27 962
Dias (N.º)	191 303	176 529	180 121	181 442	184 637	192 090	164 822	183 907
Lotação (N.º)	964	848	863	832	824	828	823	819
Demora média (N.º de dias)	6,9	6,5	6,5	6,2	6,4	6,6	7,1	6,6
Taxa de ocupação (%)	54,4	57,0	57,2	59,7	61,4	63,6	54,9	61,5

(1) A partir do ano de 2015 a informação é retirada da aplicação Medicine One

Fonte: Direção Regional de Saúde (dados provisórios)

Os meios complementares de diagnóstico e tratamento atingiram um total de 6,0 milhões, durante o ano de 2021, representando um acréscimo de 17,1% face ao período homólogo, ultrapassando os valores registados em 2019.

Meios Complementares

Unidade: N.º

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Diagnóstico	3 773 193	3 877 867	4 136 301	4 258 450	4 337 937	a)	a)	a)
Terapêutica	904 648	1 336 586	1 211 708	1 235 164	1 212 442	a)	a)	a)
Total	4 677 841	5 214 453	5 348 009	5 493 614	5 550 379	5 567 356	5 104 999	5 978 966

a) Em 2019 houve reformulação do modelo INE dos Hospitais pelo que os atos de terapêutica estão agregados nos atos de diagnóstico, não sendo tratados separadamente

Fonte: Direção Regional de Saúde (dados provisórios)

No que respeita aos profissionais afetos ao Sistema Regional de Saúde, verifica-se um total de 5 865 profissionais, o que corresponde a um aumento global de 3,5%, resultado de um aumento generalizado em todas as classes de pessoal.

Regista-se, assim, um aumento global de 20 médicos (+3,1%), 124 enfermeiros (7,4%) e 17 técnicos de diagnóstico e terapêutica (4,5%), tendo o restante pessoal incrementado em 1,3% (38 profissionais).

Verificou-se uma variação positiva em todos os grupos de profissionais de saúde, designadamente, médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica e outro pessoal.

Profissionais de Saúde

Unidade: N.º

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Médicos	580	575	599	588	610	633	653	673
Enfermeiros	1 459	1 448	1 545	1 595	1 585	1 621	1 667	1 791
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	315	325	323	343	349	363	377	394
Outro pessoal	2 354	2 417	2 522	2 532	2 524	2 640	2 969	3 007
Total	4 708	4 765	4 989	5 058	5 068	5 257	5 668	5 865

Fonte: Direção Regional de Saúde (dados provisórios)

Observando a distribuição por ilhas das variáveis e indicadores referidos nos parágrafos anteriores, ressaltam as diferenças de dimensão e do exercício de práticas clínicas decorrentes da localização de valências oferecidas pelo Serviço Regional de Saúde.

Os Serviços de maior especialidade evidenciam-se através de variáveis associadas a recursos humanos, como é exemplo o número de médicos.

Por outro lado, serviços de maior proximidade revelam maior relevância a variáveis associadas à capacidade de internamento, nomeadamente a lotação particularmente crítica em centros de saúde com menores acessibilidades aos hospitais.

Distribuição por Ilhas - 2021

Unidade: N.º

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	Total
Consultas	32 575	501 018	220 583	25 098	27 347	43 906	91 148	11 739	4 588	958 002
Urgências	850	112 764	52 710	4 664	10 694	22 008	20 537	4 062	27	228 316
Doentes	403	18 239	5 620	39	435	31	3 016	179	0	27 962
Lotação	15	423	210	16	17	15	106	17	0	819
Diagnósticos e Terapêutica	98 601	2 905 173	1 741 694	89 547	153 246	257 594	656 181	75 487	1 443	5 978 966
Médicos	3	402	179	3	9	15	56	5	1	673

Fonte: Direção Regional de Saúde (dados provisórios)

17. SEGURANÇA SOCIAL

De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto da Segurança Social dos Açores, expostos na tabela infra, pode-se constatar que as Receitas da Segurança Social têm vindo a aumentar desde 2016.

Durante o ano de 2021, o montante de receitas arrecadadas totalizou 328,1 milhões de euros, incorporando um acréscimo à taxa de 9,1% em relação ao ano anterior.

Receitas da Segurança Social

(Contribuições Arrecadadas)

Unidade: Euro

Anos	Montante
2015	219 243 771,07
2016	212 041 699,26
2017	231 086 372,67
2018	264 150 817,22
2019	278 692 662,19
2020	300 832 290,32
2021	328 090 753,23

Fonte: ISSA

Por outro lado, as despesas por tipo de prestação que totalizam 129,5 milhões de euros, também registaram um acréscimo no mesmo período, mas com uma intensidade mais moderada, traduzindo-se numa taxa de aumento de 5,0%.

No âmbito das despesas por prestação, de acordo com a tabela infra, verificam-se aumentos, entre 2020 e 2021, nas Prestações Familiares (32,1%), na Indisponibilidade Temporária para o Trabalho (6,3%). Importa salientar que nas rubricas Prestações de Desemprego, Complemento Solidário para Idosos e Rendimento Social de Inserção verificam-se decréscimos de 17,7%, 1,0% e 8,4%, respetivamente.

Síntese da Despesa por Tipo de Prestação¹ nos Açores

Unidade: Euro

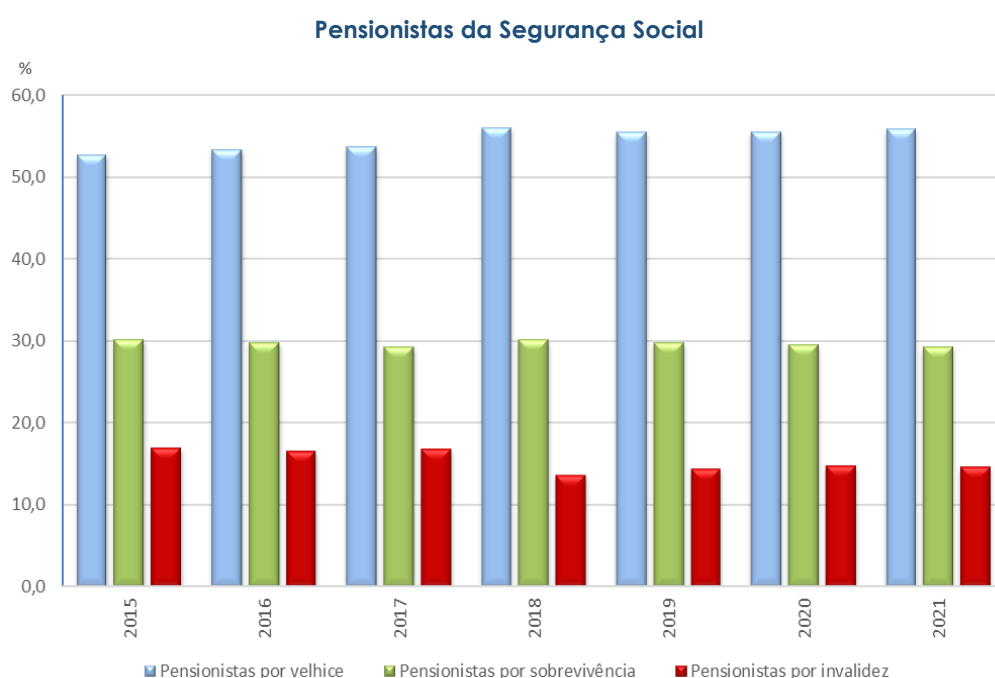
Prestações	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Prestações Familiares	23 241 745	24 890 650	26 028 557	27 274 605	30 550 447	33 211 198	43 876 732
Abono de Família	18 648 827	19 312 607	20 238 482	21 022 832	23 008 258	25 545 738	22 127 511
Bonificação por Deficiência (crianças e jovens)	2 211 411	2 591 517	2 852 360	3 212 028	3 533 524	3 640 335	3 500 091
Subsídio de Educação Especial	1 442 181	1 994 014	2 070 297	2 460 459	3 413 094	3 492 781	4 431 904
Subsídio de Assistência a 3ª Pessoa	496 551	541 430	563 120	579 286	595 571	532 344	581 861
Prestação Social para a inclusão	-	-	-	7 811 411	9 067 556	10 061 292	13 235 365
ITPT-Indisponibilidade Temporária para o Trabalho (beneficiários)	22 760 211	24 149 028	27 028 222	28 935 699	32 209 882	35 958 271	38 235 985
Subsídio de Doença	11 892 486	12 394 032	14 620 866	15 296 465	18 031 232	20 904 529	21 577 312
Subsídio de Risco Clínico - Gravidez	3 648 938	4 110 942	4 569 989	5 194 173	5 626 985	5 978 737	7 409 754
Subsídio Parental Inicial	5 691 037	6 055 285	6 404 019	7 002 648	7 074 624	8 043 426	8 424 587
Subsídio Social Parental Inicial	1 139 307	1 126 423	967 276	947 392	892 842	732 192	674 164
Subsídio de Assistência a Filho	388 443	462 346	466 072	495 021	584 199	299 388	150 168
Prestações de Desemprego (beneficiários)	36 392 451	35 115 825	35 098 441	35 696 991	30 990 203	29 020 722	23 893 085
Subsídio de Desemprego	26 057 041	25 305 089	26 054 656	27 318 781	22 543 074	20 867 138	18 528 123
Subsídio Social de Desemprego	1 654 174	1 252 465	1 101 964	1 026 159	1 016 301	1 259 623	910 013
Subsídio Social de Desemprego Subsequente	7 452 199	7 644 144	7 094 510	6 548 441	6 744 380	6 287 261	3 803 919
Subsídio de Desemprego Parcial	1 229 037	914 127	847 311	803 610	686 448	606 700	651 030
Complemento Solidário para Idosos	5 466 941	5 796 565	5 890 895	5 824 371	6 173 435	6 092 610	6 030 116
Rendimento Social de Inserção (RSI) (informação retirada Portal Segurança Social)	16 836 104	20 352 692	20 970 168	22 086 782	20 470 196	19 062 252	17 462 610
Total	104 697 452	110 304 760	115 016 283	119 818 448	120 394 163	123 345 054	129 498 528

¹ Os valores apresentados foram extraídos da aplicação SESS-WEB e são dados anuais. Dado o carácter dinâmico destas prestações e por serem extraídos de um sistema informático em permanente atualização os dados apresentados não devem ser considerados enquanto valores definitivos. Caso um beneficiário e/ou titular tenha lançamento por mais de um serviço da Segurança Social no ano, ele é contabilizado uma vez em cada serviço.

Entre os pensionistas beneficiários da Segurança Social, destacam-se os pensionistas por velhice, pela posição relevante que vêm ocupando, atingindo cerca de 56% do total dos pensionistas, em 2021.

Os pensionistas que auferem pensões por sobrevivência representam cerca de 29,5% do total dos beneficiários da Segurança Social.

Relativamente ao número de pensionistas que auferem pensões por invalidez, originadas por acidente ou doença antes de atingirem a idade de reforma, verificou-se uma diminuição de 0,6%, face a 2020.



Fonte: ISSA

Analisando as despesas da ação social, observa-se um crescimento generalizado das diferentes componentes, com exceção das despesas com a valência de Família e Comunidade que se verifica um decréscimo de aproximadamente 46,7%. Em contrapartida verifica-se um acréscimo na valência da Igualdade de Oportunidades de 704,22%.

Em termos globais, regista-se um crescimento das despesas da ação social à taxa anual de 0,52%, entre 2020 e 2021.

Despesas – Ação Social

Unidade: Milhares de Euros

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Infância e Juventude	32 894	32 308	36 336	36 671	36 449	38 530	41 181
Família e Comunidade	19 425	18 433	17 729	19 413	18 085	25 002	13 315
Adultos com Deficiência	6 563	7 229	8 124	8 945	8 939	10 065	11 041
Pessoas Idosas	19 904	19 420	24 318	22 500	21 792	21 468	21 680
Igualdade de Oportunidades	570	391	719	900	1 105	1 186	9 538
Total	79 356	77 781	87 225	88 430	86 370	96 251	96 755

Fonte: DRSS, ISSA e Planos e Relatórios de Execução da Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais (DRPFE)

18. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Em 2021, 90,8% dos agregados familiares nos Açores têm ligação à internet em casa e 88,6% ligação através de banda larga, com 81,3% a utilizar a internet, o que representa um crescimento face a 2020 em todos os indicadores (de 3,4%, 5,5% e 4,0%, respetivamente).

Este incremento foi, entre outros, incentivado pelas condicionantes laborais e de ensino, que resultaram da situação pandémica, bem como pelo aumento do recurso ao comércio eletrónico.

Evolução de Tecnologias de Informação e de Comunicação nos Agregados Domésticos - RAA

Unidade: %

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Ligação à Internet	59,6	64,1	66,3	70,0	75,9	79,9	84,2	86,5	85,8	87,8	90,8
Banda Larga	59,2	63,5	66,1	69,0	74,8	79,5	83,9	84,2	83,4	83,6	88,2
Utilização de Internet	50,3	58,5	63,1	67,0	71,0	71,4	75,4	75,9	78,8	78,2	81,3

Fonte: INE

Observando os indicadores seguintes, no contexto territorial de distribuição por regiões (NUTS II), verifica-se que a Região Autónoma dos Açores regista, ao nível da cobertura, acessibilidade e utilização destes equipamentos, valores superiores à realidade nacional. Contudo, existem diversas zonas dispersas ainda sem cobertura de banda larga.

No que respeita aos agregados domésticos, verifica-se que: (i) a Região é apenas superada pela região de Lisboa, para os indicadores de cobertura; e (ii) para o indicador relativo à utilização, se regista um resultado inferior à média nacional, superior, contudo, à região Norte, Centro e do Alentejo.

Distribuição das TIC nos Agregados Domésticos - 2021

Unidade: %

	Ligação à Internet	Banda Larga	Utilização de Internet
Portugal	87,3	84,1	82,3
Norte	85	81,4	78,1
Centro	83,6	80,9	80,1
Lisboa	93,2	90,1	89,8
Alentejo	82,1	79	80,1
Algarve	89,2	84,5	84,6
Açores	90,8	88,2	81,3
Madeira	90,5	87,1	84,1

Fonte: INE

No que respeita à análise por indivíduo entre os 16 e 74 anos, e analisando os indicadores de utilização de internet, comércio eletrónico e preenchimento/envio de formulários oficiais para organismos da Administração Pública, no contexto territorial de distribuição por regiões (NUTS II), verifica-se que a Região Autónoma dos Açores regista, para os primeiros dois, valores semelhantes às médias nacionais. O preenchimento/envio de formulários oficiais para organismos da administração pública, apresenta valores inferiores à maioria das regiões do país.

Distribuição das TIC por Indivíduos entre 16 e 74 anos - 2021

Unidade: %

	Internet	Comércio Eletrónico	Administração Pública
Portugal	83	52	34
Norte	79	46	29
Centro	81	53	35
Lisboa	90	60	43
Alentejo	82	51	28
Algarve	86	54	34
Açores	82	46	28
Madeira	85	41	29

Fonte: INE

A variação anual destes indicadores corrobora a realidade verificada comparativamente com o contexto nacional, tendo-se verificado o crescimento nos indicadores alinhados com a média nacional, enquanto o indicador relativo à relação digital com a administração pública a sofrer uma ligeira redução face ao ano transato.

Distribuição anual das TIC por Indivíduos entre 16 e 74 anos

Unidade: %

	2017	2018	2019	2020	2021
Internet	77,3	76,9	78,8	79,7	81,7
Comércio Eletrónico	35,1	36,8	40,2	41,5	45,5
Administração Pública	26,7	25,4	24,8	27,8	27,6

Fonte: INE